

PUBLICAÇÕES
PERIÓDICAS

AUTORIZADO A
CIRCULAR EM
INVÓLUCRO
FECHADO
DE PLÁSTICO OU PAPEL
PODE ABRIR-SE PARA
VERIFICAR



TAXA PAGA
PORTUGAL
PORTALEGRE



Nº 05
Outubro 2009
Fevereiro 2010

Justiça & democracia

Director Cristina Esteves

Subdirectores José Carlos Duarte, Amélia Correia de Almeida e Artur Cordeiro



Entrevista José Manuel Bravo
Serra

3



Discurso Isabel Pais Martins
Discurso proferido
na ocasião da
posse da Senhora
Juíza Conselheira
Isabel Pais Martins

16



Mensagem José Moura Nunes
da Cruz

Primeiro Membro da
Comissão de Honra
da Candidatura

17



mudar radicalmente
um Conselho justo para os juízes
uma Instituição democrática actuante

Vota Lista A

Artigo Rui Teixeira

O Meu Voto

13

Artigo Manuel José
Aguiar PereiraA Formação dos
Magistrados Judiciais

21

Ficha técnica

Director: Cristina Esteves.**Subdirectores:** José Carlos Duarte, Amélia Correia de Almeida, Artur Cordeiro.
Colaboram neste número: Adelino Vasques Dinis, Ana Cláudia Cáceres, António Latas, António Martins, Artur Dionísio Oliveira, Isabel Namora, Isabel Pais Martins, José Bravo Serra, José Manuel Igreja, José Manuel Tomé de Carvalho, José Moura da Cruz, José Teles Pereira, Manuel Aguiar Pereira, Mário Serrano, Paulo Barreto, Rui Teixeira.**Impressão:** Corlito, Setúbal**Tiragem:** 2100 exemplares**Concepção Gráfica:** Fábrica Real de Imagens, Portalegre**Propriedade:** MJD - Movimento Justiça & Democracia, Associação Cívica de Juizes Portugueses.

Sede em: Travessa das Águas Boas, nº43, Lisboa

email: mjd.juizes@gmail.com

Depósito Legal:
171365/0

editorial

Cristina Henriques Esteves
(Juíza de Direito)

artigo

Julieta Monginho
(Procuradora da República)

Voz de tantas Vozes.



Parece estar sozinho frente ao computador. Uma luz carregada envolve a sua relação com o ecrã, as páginas, os números, as pessoas que passam. Se alguém, à porta do gabinete, fotografasse a cena, captaria a solidão, a angústia do juiz no momento de decidir.

E, no entanto, uma multidão o acompanha e desafia. Os nomes, na capa dos processos ainda materiais, ou a sudoeste no ecrã, são os primeiros a dar sinal de vida. Outras figuras vivas se aglomeram no gabinete, do antes e do depois, fascinadas por se encontrarem no mesmo momento crucial: os que ensinaram, os que propuseram ideias novas, os que conversaram na mesa ao lado à hora do café, enfim os múltiplos que viajam dentro dele. E também os leitores, os mensageiros, os destinatários da mensagem que, se ela for amplificada, seremos todos nós.

Não está sozinho, o juiz, mesmo que tente afugentar o ruído interior. É bom que tenha a consciência da saudável companhia. É bom que a companhia não lhe apareça sob a forma de fantasmas, mas sim de um coro invisível de vozes inquietas. Em surdina, para que a voz da lei se ouça melhor.

Claro, a presença mais viva é a da lei. O decisor leu noventa vezes o artigo 9º do Código Civil, aprendeu com Manuel de Andrade, Hans-Georg Gadamer, Castanheira Neves, releu as normas aplicáveis ao caso concreto, tantas vezes (propositadamente) confusas, na esperança de melhor luz. Mas talvez tenha igualmente folheado o jornal de manhã, talvez tenha navegado por sítios intrigantes, talvez tenha aberto um livro, lido umas páginas, quem sabe se de Umberto Eco sobre a interpretação, quem sabe se de Sófocles ou de Shakespeare a quem nada escapou sobre o conflito humano. Talvez tenha, o juiz, observado a vida mudando o tempo que o vai mudando a ele. Oxalá, senão é bem capaz de lhe acontecer o que aconteceu ao magistrado da história contada por Cunha Rodrigues:

“O técnico de sondagens dirige-se ao magistrado. O magistrado está a trabalhar, afundado em rimas e rimas de processos. Pergunta o técnico: o que pensa da gravidade da crise?...Responde o magistrado, sem suspender o trabalho nem tirar os olhos do processo: Qual crise?...”

(Cunha Rodrigues, Lugares do Direito,

Coimbra Editora, 1999).

Profético humor o de Cunha Rodrigues, cuja sageza e profundidade de reflexão sobre a Justiça em Portugal é urgente revisitar. Acompanhemos o seu pensamento:

“Um quadro sem dúvida pessimista, se não fosse aparente a importância de se ter chegado a este estado de coisas para se ter de equacionar o problema de uma completa redefinição de identidade.”

(...)

“As circunstâncias vindas de referir provocaram uma visível alteração da atitude dos indivíduos relativamente à função judicial. Primeiramente sacralizada, passa a ser incompreendida, depois ignorada, finalmente contestada.

As pessoas começam a verificar que os tribunais não se encontram em condições de dirimir – ou de dirimir a tempo e horas, o que é, em muitos casos, a mesma coisa – os seus conflitos.”

Então o que fará o juiz com a sua companhia, numa sociedade em que as paredes são líquidas e a porosidade excede muitas vezes os limites aceitáveis? Uma sociedade onde os confrontos, mesmo os subreptícios, se desenrolam às escâncaras? Não vale a pena procurar um buraco para se esconder, não existe tal coisa. Nem temer a erupção crítica dos receptores, não há entidade neste mundo que não tenha sido objecto de dessacralização, excepto os mercados e os seus gadgets. Nem tão pouco culpar outros poderes, todos se interpelam (e tentam atropelar-se) entre si; necessário, sim, que não se prescinda da independência e da autonomia constitucionalmente consagradas.

Seria presunção pretender dar a resposta. Sugiro que o decisor esteja atento, que duvide muito e seja intransigente com a lassidão intelectual. Sugiro que medite em todas as consequências da decisão, que seja surdo aos comentários mas receptivo às razões. Em quase trinta anos de magistratura vi a realidade transformar-se sem que a justiça tenha encontrado o caminho terapêutico para o seu autismo. Vai recorrendo a mezinhas, como se ainda vivêssemos no tempo do pensamento mágico e só na lei ou no aplicador residisse a divindade.

Um tanto decepcionado, o decisor foi

percebendo que “lei” já não se escreve com maiúscula. A actividade interpretativa amplia-se enquanto desafio e responsabilidade. Tem uma raiz – o pensamento legislativo traduzido na letra da lei – mas tem também uma finalidade e um destinatário múltiplo. A função decisora produz efeitos para além do texto da sentença, que, sendo um ponto de chegada, se constitui ele mesmo fonte aberta à interpretação, cujas repercussões são cada vez mais vastas. Por isso a função decisora representa um momento fulcral de vinculação à obrigação de decidir com justeza e de responder pelo acto judiciário.

O povo, ou seja, este conjunto de cidadãos expectantes, o povo em nome de quem a justiça é administrada e a partir de quem se ergue a legitimidade do decisor, não deve ficar à mercê de sinais desconhecidos. Não pode acrescentar ao desamparo da incerteza o da aporia ou, ainda pior, o das soluções paradoxais, contrárias ao sentido profundo de um núcleo essencial de valores adquiridos.

“A judicatura constituirá a retaguarda da protecção dos valores de justiça. Valores que podem, em situações limite, transcender a própria expressão do direito codificado. É uma actividade de mediação e, mais remotamente, de criatividade.”

(Cunha Rodrigues, texto citado).

A erosão da confiança nas instâncias de enunciação da verdade, cujo vértice assenta no sistema de justiça, é hoje uma realidade que urge reverter, tão nociva aos próprios fundamentos da democracia.

Com a modéstia de quem, dentro do sistema, assume o papel de promover direitos e de suscitar decisões, sugiro que todos nos concentremos na escuta, na prudência e na capacidade de responder perante os cidadãos. E sugiro ao poder político que tenha a mesma atitude e a mesma determinação: que nos proporcione condições para estudar cada caso com a importância que lhe cabe, sem que todos se acumulem indistintamente numa avalanche processual e sem prejuízo da celeridade.

No Tribunal de Família e Menores de Lisboa, sonho com o dia em que possa dedicar uma manhã inteira à Carina, uma tarde inteira ao Fábio, antes de ser tarde de mais. Eles merecem.

artigo

O Milagre da Multiplicação dos Braços.

A REFORMA CORRE BEM?

É uma pergunta feita recorrentemente aos Juízes que estão nas comarcas-piloto.

Mas de que é que falamos, quando falamos de reforma judiciária?

De algo vago, nebuloso, ligeiramente ameaçador ou irritante, que envolve uma partida da barca da Justiça para o desconhecido, na companhia (liderada !?) de figuras duvidosas, a que a Lei 52/08 (NLOFTJ) chama Juiz presidente e Juízes coordenadores, que se fazem secundar por uma espécie de super-Secretários agora denominados “administradores judiciários”?

Não temos dúvidas de que esta lenda do mar tenebroso para uso judiciário (que não dispensa os seus Adamastores) vai dissolver-se à luz do conhecimento da realidade, como aconteceu à verdadeira; realidade que a nossa acção de Juízes deve modelar e não apenas acolher ou rejeitar acriticamente.

Porque se a Reforma não é um mar tenebroso, também não é mais um dos muitos “D. Sebastões” da nossa vivência colectiva.

DIMENSÕES DA REFORMA.

A Reforma em curso apresenta-se em três dimensões (o três tem sempre algum sortilégio) como delineando uma nova matriz territorial, uma acrescida especialização de jurisdições e um novo modelo de gestão.

O que são estas invocadas novidades? Precisamos delas?

NOVA MATRIZ TERRITORIAL.

A nova matriz territorial nasce de uma consideração relativamente simples: o País não é o mesmo que Mouzinho da Silveira reformou em municípios e os Jacintos das nossas Cidades já demoram menos tempo a chegar às Serras, ou vice-versa.

Parece simples a ideia e suficientemente sedimentada: os municípios liberais, acrescentados pelas liberalidades governamentais ao longo do século XX de dar a cada terra o seu pelourinho, não são, genericamente, uma unidade suficientemente eficaz em termos de afectação de recursos especializados na área da Justiça.

Simples que é, a ideia foi na prática subvertida pelo medo de arrostar com o desagrado dos que querem o Tribunal na sua rua ou,

pelo menos, na praça principal, em frente da Igreja e dos Paços do Concelho (sem prejuízo das situações em que o critério primeiro tem de ser a proximidade e não o volume processual, como tenho defendido aliás quanto à realidade de Mafra no conjunto da Grande Lisboa Noroeste).

Foi assim que o slogan «nem uma comarca para a extinção» desvirtuou a nova matriz territorial (apesar de tudo reaproveitada depois na vertente da especialização em pólos territoriais).

Perdeu-se em alguns casos a concentração de recursos, sem que tal perda se justificasse pela necessidade efectiva das populações, constituindo mais uma consequência do número de eleitores envolvidos.

Na comarca da Grande Lisboa Noroeste a questão não se coloca com acuidade sob este ponto de vista, pois as distâncias são relativamente pequenas e a especialização nos municípios permitiu salvaguardar uma concentração apesar de tudo adequada.

Mas quanto à reforma geográfica das comarcas do País parece manifesta a sua urgência. Os erros do que está a ser implementado não são da Reforma mas da timidez dela.

ESPECIALIZAÇÃO.

A adequação de uma resposta jurisdicional especializada quanto à matéria não é muito discutível, embora já o seja quanto aos níveis de especialização, em alguns casos.

É certo que o Juiz é o perito dos peritos e que o cerne da função do Juiz de primeira instância está na busca da verdade dos factos mediante a legalidade do processo.

A especialização dos Juízes é primeiramente em humanidade. Mas não o é só.

Por um lado, vai longe o tempo em que o direito processual era considerado matéria sem dignidade científica. A sua complexidade actual exige especialização.

Por outro lado, a complexidade do direito substantivo, a variedade das situações da sociedade por ele reguladas, o peso do direito comunitário, não são compatíveis com um conhecimento profundo da globalidade dos institutos em matérias tão diferentes como as de família e menores, laborais, comerciais ou estritamente civis, antes impõem a escolha de algumas delas como objecto privilegiado de

Ana de Azeredo Coelho

(Juiz de Direito do Juízo de Grande Instância Cível)
(Presidente do Tribunal de Comarca)



estudo.

A especialização conseguida em comarcas como a Grande Lisboa Noroeste é um factor de melhoria da qualidade da Justiça em abstracto e está a sê-lo em concreto.

Não podemos deixar de lembrar as complexas Varas Mistas de Sintra que submergiam todos os esforços de administração atempada da Justiça Cível ou a dificuldade da competência genérica em comarcas como a de Mafra.

Parece pacífico que a especialização quanto à matéria é essencial e constitui uma mais valia. Pode dizer-se que a sua instituição não impunha uma tão agitada mudança e que há ajustes a fazer. Sem dúvida, mas o caminho é o que está indicado.

NOVO MODELO DE GESTÃO.

A Reforma tem nesta dimensão um dos seus aspectos mais inovadores.

A NLOFTJ enveredou por consagrar (timidamente, ainda?) um modelo gestor para os Tribunais Judiciais.

Fê-lo colocando no “sítio” certo a gestão do judiciário, que é necessariamente também gestão do poder judicial. Ou seja, colocando-o nas mãos dos Juízes.

Estes dois aspectos são duas das fundamentais virtualidades da Reforma: introduzir efectiva e formalmente a gestão no tribunal (gestão do tribunal e gestão processual) e instituí-la a cargo dos Juízes.

A necessidade de instituição de um modelo gestor é iniludível. As vozes que a discutem têm-se sempre ouvido nos nossos Restelos quando se fala de «um novo modelo de gestão».

Mas, havia um velho modelo de gestão? Dava resultados?

Preferimos a gestão informal, burocrática, decorrente dos prazos que os códigos fixam (quando podem ser/são cumpridos) ou das decisões dos Escrivães de «tirar prazos» (ou não), de abrir conclusão (ou não), de despejar a «secção no gabinete» (ou não), de «racionar as conclusões» ou de as «dilatatar», de cumprir em prazo ou fora dele?

É melhor esta gestão? Somos mais independentes?

Este já não é em alguns casos o retrato do nosso dia a dia, mas são eficazes as nossas

tentativas de «gerir» as secções, sem tempo disponível, sem palavra a dizer quanto a colocação ou distribuição de recursos e sem possibilidade de ter um quadro mais amplo de decisão do que o conjunto de processos distribuído a um Juiz ou o quadro rígido de uma secção de processos tradicional?

Não hesito em responder que não.

É certo que nós, Juízes, lidamos mal com a gestão e por vezes com muita razão. Associamo-la a tecnocratas que encaram os tribunais como fábricas de produção de decisões, com a única preocupação de buscar uma utilidade marginal sempre acrescida do ponto de vista quantitativo e com, eventualmente, cada vez menos in-put.

A caricatura faz parte da lenda do mar tenebroso a que apelámos, mas não é de todo descartável, como o não eram os perigos dos mares das Descobertas.

Mas a NLOFTJ permite-nos modificar aquele quadro. Timidamente, iniciou um caminho em que a gestão do judiciário é atribuída aos Juízes.

Nas áreas administrativas e financeiras, mediante a atribuição de poderes ao Juiz presidente (ainda que de forma tão pouco eficaz no modelo vigente) que depende do Conselho Superior da Magistratura, começando um caminho urgente (e ainda incipiente) de alocação dos meios do judiciário pelo órgão gestor do poder judicial.

Na área da gestão processual, confiando tais poderes aos Juízes presidentes, Juízes coordenadores (por delegação dos primeiros) e aos Juízes titulares de quem dependem funcionalmente os Funcionários.

É certo que a distribuição de competências se mostra por vezes de difícil compatibilização, que a definição dos campos tem de ser feita com o escrupuloso respeito pela independência dos Juízes.

Mas é imperioso que nós Juízes encaremos esta situação como uma oportunidade de efectiva gestão do poder judicial pela qual a sociedade clama. Seremos titulares de órgãos de soberania exige-nos esta responsabilidade. E o rosto do fracasso é sempre o nosso. Mesmo quando nos não é imputável.

Condição necessária (embora não suficiente) para o êxito desta gestão: a participação activa dos Juízes envolvidos.

Ter excessivos processos para despachar é, infelizmente, uma desculpa verdadeira. Não termos preparação específica, também. Mas não arranjar tempo no emaranhado dos processos para a gestão do judiciário e preferir dá-lo ao mortífero despacho de expediente, não ter preparação e não procurar/exigir tê-la, constitui alheamento de que nos arrependemos amargamente quando outros assumirem as responsabilidades que são nossas.

O modelo gestor não é uma moda de mundos diversos do nosso. E o nosso mundo não pode centrar-se no culto de uma deusa da Justiça colocada num pedestal tal alto e tão impossível de gerir que a sua cegueira há-de constituir (constitui) a sua queda.

Se os Juízes não gerirem o judiciário, outros o farão e já se perfilam. Neste domínio a questão não é saber se a Reforma se faz ou se não se faz. A verdadeira pergunta é se ela se

faz connosco, Juízes, ou sem nós.

A grande virtualidade da experiência em curso é a de nos cometer a resposta à pergunta, possibilitando-nos decidir que será feita connosco, por nós. Mas já não vamos ter muito tempo para lhe responder afirmativamente.

FAZ-SE O QUE SE PODE.

Mas, dirão: “E vocês o que andam a fazer? Esse modelo resulta?”

A esse respeito apetece-me responder: “Faz-se o que se pode!”

Faz-se o que se pode porque, contrariamente ao que se diz nos mentideros da Justiça (sem nunca concretizar, porque os boatos são mais eficazes se vagos), não recebemos os meios necessários, nem sequer os suficientes:

- **não houve qualquer formação dos intervenientes**, Juiz presidente, Juízes Coordenadores, Procuradores Coordenadores ou Administradores Judiciais;

- **não foram instalados os gabinetes de Apoio aos Juízes;**

- **o orçamento e a sua gestão continuam a ser feitos à antiga portuguesa;**

- **os indicadores de volume processual adequado não estão definidos** nem quanto aos Juízes nem quanto aos Funcionários;

- **não está previsto qualquer apoio logístico ou administrativo à actividade do Juiz presidente;**

SOBRETUDO.

- **não foram colocados os Funcionários Judiciais que a lei impunha fossem atribuídos à recuperação de pendências acumuladas** ao longo dos anos no tribunal de Sintra (o que num exemplo que tem eco em vários outros da comarca, teve como consequência que o Juízo de Execução, com mais de 50.000 processos tenha sido instalado com apenas um Escrivão de Direito: não deve haver no País coisa semelhante);

- **os meios humanos saturados do imenso trabalho escoam-se para comarcas limítrofes** em que o número de processos por Juiz ou Funcionário Judicial é várias vezes menor;

- **os quadros são preenchidos com recurso a Contratados** que, quando estão formados e a trabalhar incansavelmente, são despedidos mesmo quando aprovados nas provas públicas que prestaram (com o que isso tem de injustiça e de desmotivação para os que com eles trabalham e os apreciam).

Ou seja, a República publicou uma lei de reforma judiciária. Quem está no terreno tenta concretizar a Reforma. Como pode e pressupondo que a República nela mantém o interesse e continua a tê-la como necessária.

Na verdade, a urgência do modelo gestor não é sentida em muitos casos por uma razão simples: as coisas funcionam bem porque quase não há necessidade de racionalização dos recursos.

Dito de outro modo. Há comarcas onde a necessidade de gestão não se sente tanto porque os seus recursos não são escassos, contrariamente à regra geral da vida.

Ora, esta situação mantém-se no nosso País. E essas comarcas não são apenas nem sobretudo as do interior desertificado em que

num pequeno armário cabem todos os processos pendentes, mas em que o quadro de pessoal se mantém com poucas alterações.

Essas comarcas são também as das cidades capitais, desertificadas de moradores e esvaziadas por alteração de regras de competência territorial (ou, p.e. pela instalação da Grande Lisboa Noroeste).

Em contraponto, estão as gigantescas comarcas da periferia das cidades capitais como a Grande Lisboa Noroeste, Setúbal, Seixal, Maia, Gaia, etc.

Mas a abundância daquelas comarcas em que os recursos mais do que bastam é a nossa fome. E quando for impossível continuar a tramitar os nossos milhares de processos com um número várias vezes inferior de Funcionários, adivinho que vão dizer que a Reforma falhou. Necessariamente: abortaram-na.

Mas a culpa não é do modelo. É da desastrosa distribuição dos recursos que os sonega a comarcas como a Grande Lisboa Noroeste.

Porque a Grande Lisboa Noroeste não é a Sintra de Lord Byron, do Monte da Lua ou da esotérica Quinta da Regaleira. É Monte Abraão e a Beloura, o Bairro 6 de Maio e a Penha Longa, os subúrbios em crescimento de Mafra, da Malveira ou da Ericeira, e os Parques industriais e empresariais da Amadora e de Mem Martins.

É preciso olhar para esta realidade com olhos de ver. E, pelo menos, darem-nos os meios que a lei impõe que nos sejam dados e que esperamos desde Maio de 2009.

O País está pobre e os recursos são escassos. Não nos podemos dar ao luxo de os ter mal distribuídos. E temo-los mal distribuídos!

É claro que qualquer gestão tem de se deparar com a dificuldade e o desafio da potenciação de recursos por definição escassos. Não enjeitando essa responsabilidade que a lei comete à presidência da comarca e é inerente a quaisquer funções de gestão, não podemos deixar de sublinhar que há um limite para a escassez de recursos.

A Grande Lisboa Noroeste não pode continuar a viver do milagre da multiplicação dos braços (melhor, das horas de trabalho per capita).

OS PROTAGONISTAS DA REFORMA.

Pese embora o quadro traçado, parecem-nos que se fez muito e que se fez muito pela qualidade do empenhamento dos **Magistrados e Funcionários Judiciais**, aproveitando as virtualidades que efectivamente o modelo tem.

É simples: resolvemos que a Reforma era para fazer e que o nosso País não merece (suporta) mais frustrações nesta área.

Por isso, fizémos na comarca, desde o início (em Maio de 2009), um planeamento genérico para cada unidade orgânica (UO) determinado pelos Juízes titulares e orientado e coordenado pelo Juiz presidente, planeamento que teve a colaboração activa dos Escrivães de Direito das mesmas UO e que vem sendo acompanhado no diálogo com os diversos intervenientes e na apreciação dos seus resultados.

Por isso, vimos tentando estabelecer na

comarca uma cultura organizacional centrada nos direitos dos cidadãos e no cumprimento da missão do tribunal, entendido como um todo e não como secções de processos isoladas, atomísticas e, por vezes, rivais. Cultura que não constitui apenas um chavão mais ou menos interessante, que fica bem quando se fala de teoria das organizações, antes se exprime efectivamente no empenhamento em responder a necessidades concretas.

Por isso, temos tentado explorar na comarca os instrumentos da NLOFTJ, mediante a reafecção funcional de Juízes, sempre aceite pelos próprios, a reafecção de Funcionários, também mediante consenso, a criação de unidades de recuperação nuns Juízos de processos afectos a outros, a participação no esforço organizativo do Juízo de Execução em ordem a conseguir, como foi conseguido, codificar todos os processos sabendo-se, agora, em cada momento, qual o próximo acto a praticar em cada um dos mais de 50.000 processos.

Por isso, tentámos estabelecer na comarca um modo de envolver todos os intervenientes na mudança, mediante o debate em pequenos grupos, coincidentes em regra com as UO, por vezes com áreas mais vastas, em ordem a estabelecer a melhor maneira de organização do serviço, procurando instituir um processo de constante interrogação sobre os procedimentos de trabalho e de melhoria dos mesmos.

Por isso, vivemos na comarca uma realidade de efectiva colaboração com a Coordenação do Ministério Público, no respeito pelas diferenças e especificidades de cada Magistratura, mas intervindo conjuntamente em áreas de intersecção da actividade das secretarias.

Por isso, mantemos na comarca um diálogo profícuo com Advogados e Solicitadores, com troca de informação sobre a realidade e com partilha das diversas perspectivas.

Por isso, temos em funcionamento o Conselho de Comarca com intervenção de pes-

soas oriundas de diversas áreas que nos têm honrado com a atenção e carinho dado à vida do tribunal, não só nas reuniões legalmente previstas como em reuniões extraordinárias e na participação em celebrações comarcãs.

Ou seja, apesar das deficiências de instalação do modelo, que ficou claramente a metade, resolvemos fazer o possível.

Chega? Não sei.

Mas quem está em Sintra há muitos anos sabe que o monstro processual que foi criado na antiga comarca não existiria com uma gestão de proximidade e sabe que, no computador geral, temos hoje mais possibilidades de não deixar arrastar certos cancros.

É certo que nestas coisas da Reforma, ainda não chegámos à Índia (... nem ao Bojador). Limitámo-nos a partir do Restelo (em parte porque nos recusámos a ficar atracados: o que seria tão fácil!).

Sintra, 31 de Maio de 2010

??
(??)

artigo

Resenha da Legislação e Regulamentação.

LEI:

- **Lei n.º 27/2009, de 19 de Junho**
Estabelece o regime jurídico da luta contra a dopagem no desporto.

- **Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho**
Revê o regime sancionatório no sector financeiro em matéria criminal e contra-ordenacional.

- **Lei n.º 29/2009, de 29 de Junho**
Aprova o Regime Jurídico do Processo de Inventário e altera o Código Civil, o Código de Processo Civil, o Código do Registo Predial e o Código do Registo Civil e o Regime do Registo Nacional de Pessoas Colectivas.

- **Lei n.º 37/2009, de 20 de Julho**
Altera o Estatuto dos Magistrados Judiciais e o Estatuto do Ministério Público, conferindo aos magistrados o direito ao abono de ajudas de custo e de transporte para a frequência em acções de formação contínua.

- **Lei n.º 38/2009, de 20 de Julho**
Define os objectivos, prioridades e orientações de política criminal para o biénio de 2009-2011, em cumprimento da Lei n.º 17/2006, de 23 de Maio (Lei Quadro da Política Criminal).

- **Lei n.º 39/2009, de 30 de Julho**
Estabelece o regime jurídico do combate à violência, ao racismo, à xenofobia e à intolerância nos espectáculos desportivos, de forma a possibilitar a realização dos mesmos com segurança.

- **Lei n.º 78/2009, de 13 de Agosto**
Oitava alteração ao Código da Estrada, permitindo o averbamento da habilitação legal para a condução de veículos da categoria A1 à carta de condução que habilita legalmente para a condução de veículos da categoria B.

- **Lei n.º 79/2009, de 13 de Agosto**
Regula a forma de intervenção dos juízes militares e dos assessores militares do Ministério Público junto dos tribunais administrativos, no âmbito de aplicação da Lei n.º 34/2007, de 13 de Agosto.

- **Lei n.º 85/2009, de 27 de Agosto**
Estabelece o regime da escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar e consagra a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 5 anos de idade.

- **Lei n.º 88/2009, de 31 de Agosto**
Aprova o regime jurídico da emissão e execução de decisões de perda de instru-

mentos, produtos e vantagens do crime.

- **Lei n.º 89/2009, de 31 de Agosto**
Primeira alteração à Lei n.º 50/2006, de 29 de Agosto, que estabelece o regime aplicável às contra-ordenações ambientais.

- **Lei nº 93/2009 de 01-09-2009**
Aprova o regime jurídico da emissão e execução de decisões de aplicação de sanções pecuniárias.

- **Lei n.º 94/2009, de 1 de Setembro**
Aprova medidas de derrogação do sigilo bancário, bem como a tributação a uma taxa especial dos acréscimos patrimoniais injustificados superiores a € 100 000, procedendo à alteração do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, da Lei Geral Tributária e do Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.

- **Lei n.º 97-A/2009, de 3 de Setembro**
Define a natureza, a missão e as atribuições da Polícia Judiciária Militar, bem como os princípios e competências que enquadram a sua acção enquanto corpo superior de polícia criminal auxiliar da administração da justiça.

- **Lei n.º 98/2009, de 4 de Setembro**
Regulamenta o regime de reparação de

acidentes de trabalho e de doenças profissionais, incluindo a reabilitação e reintegração profissionais, nos termos do artigo 284.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro.

- **Lei n.º 99/2009, de 4 de Setembro**
Aprova o regime quadro das contra-ordenações do sector das comunicações.

- **Lei n.º 100/2009, de 7 de Setembro**
Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares e o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas.

- **Lei n.º 101/2009, de 8 de Setembro**
Estabelece o regime jurídico do trabalho no domicílio.

- **Lei n.º 102/2009, de 10 de Setembro**
Regime jurídico da promoção da segurança e saúde no trabalho.

- **Lei n.º 103/2009, de 11 de Setembro**
Aprova o regime jurídico do apadrinhamento civil, alterando o Código do Registo Civil, o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, a Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais e o Código Civil.

- **Lei n.º 104/2009, de 14 de Setembro**
Aprova o regime de concessão de indemnização às vítimas de crimes violentos e de violência doméstica.

- **Lei n.º 105/2009, de 14 de Setembro**
Regulamenta e altera o Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de Fevereiro, e procede à primeira alteração da Lei n.º 4/2008, de 7 de Fevereiro.

- **Lei n.º 107/2009, de 14 de Setembro**
Aprova o regime processual aplicável às contra-ordenações laborais e de segurança social.

- **Lei n.º 108/2009, de 14 de Setembro**
Alteração do regime de apoio ao acolhimento familiar.

- **Lei n.º 112/2009, de 16 de Setembro**
Estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à protecção e à assistência das suas vítimas e revoga a Lei n.º 107/99, de 3 de Agosto, e o Decreto-Lei n.º 323/2000, de 19 de Dezembro.

- **Lei n.º 113/2009, de 17 de Setembro**
Estabelece medidas de protecção de menores, em cumprimento do artigo 5.º da Convenção do Conselho da Europa contra a Exploração Sexual e o Abuso Sexual de Crianças, e procede à segunda alteração à Lei n.º 57/98, de 18 de Agosto.

- **Lei n.º 114/2009, de 22 de Setembro**
Altera a Lei n.º 57/98, de 18 de Agosto, adaptando o regime de identificação criminal à responsabilidade penal das pessoas colectivas.

- **Lei n.º 115/2009, de 12 de Outubro**
Aprova o Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade.

- **Lei n.º 1/2010, de 15 de Janeiro**
Primeira alteração à Lei n.º 29/2009, de 29 de Junho, que aprova o Regime Jurídico do Processo de Inventário e altera o Código Civil, o Código de Processo Civil, o Código do Registo Predial e o Código do Registo Civil e o Regime do Registo Nacional de Pessoas Colectivas, estabelecendo um novo

prazo para a sua entrada em vigor.

- **Lei n.º 2/2010, de 15de Março**
Altera o artigo 22.º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado.

- **Lei n.º 3/2010, de 27 de Abril**
Estabelece a obrigatoriedade de pagamento de juros de mora pelo Estado pelo atraso no cumprimento de qualquer obrigação pecuniária.

- **Lei n.º 3-A/2010, de 28 de Abril**
Grandes Opções do Plano para 2010-2013.

- **Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril**
Orçamento do Estado para 2010.

- **Lei n.º 9/2010, de 31 de Maio**
Permite o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo.

LEI ORGÂNICA:

- **Lei Orgânica n.º 1/2010, de 29 de Março**
Altera a Lei Orgânica n.º 1/2007, de 19 de Fevereiro, que aprova a Lei de Finanças das Regiões Autónomas.

DECRETO-LEI:

- **Decreto-Lei n.º 137-A/2009, de 12 de Junho**
Regime jurídico aplicável à CP – Comboios de Portugal, E.P.E e respectivos Estatutos.

- **Decreto-Lei n.º 141/2009, de 16 de Junho**
Regime jurídico das instalações desportivas de uso público.

- **Decreto-Lei n.º 144/2009, de 17 de Junho**
Cria o mediador do crédito.

- **Decreto-Lei n.º 162/2009, de 20 de Julho**

Altera o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, o Decreto-Lei n.º 345/98, de 9 de Novembro, que regula o funcionamento do Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo, e o regime jurídico relativo ao Sistema de Indemnização aos Investidores, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 222/99, de 22 de Junho.

- **Decreto-Lei n.º 169/2009, de 31 de Julho**

Define o regime contra-ordenacional aplicável ao incumprimento das regras relativas à instalação e uso do tacógrafo estabelecidas no Regulamento (CEE) n.º 3821/85, do Conselho, de 20 de Dezembro, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 2135/98, do Conselho, de 24 de Setembro, e pelo Regulamento (CE) n.º 561/2006, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de Março.

- **Decreto-Lei n.º 174/2009, de 3 de Agosto**

Altera o Decreto-Lei n.º 45/2005, de 23 de Fevereiro, que altera o Código da Estrada.

- **Decreto-Lei n.º 175/2009, de 4 de Agosto**
Altera o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares e o Código do Imposto do Selo.

- **Decreto-Lei n.º 178/2009, de 7 de Agosto**
Altera o Decreto-Lei n.º 108/2006, de

8 de Junho, que procede à criação de um regime processual civil de natureza experimental.

- **Decreto-Lei n.º 183/2009, de 10 de Agosto**

Estabelece o regime jurídico da deposição de resíduos em aterro, as características técnicas e os requisitos a observar na concepção, licenciamento, construção, exploração, encerramento e pós-encerramento de aterros.

- **Decreto-Lei n.º 186/2009, de 12 de Agosto**

Altera o Código do IVA, o Regime do IVA nas Transacções Intracomunitárias e cria o regime de reembolso do IVA a sujeitos passivos não estabelecidos no Estado membro de reembolso.

- **Decreto-Lei n.º 187/2009, de 12 de Agosto**

Altera o Decreto-Lei n.º 67/2008, de 10 de Abril, que aprovou o regime jurídico das áreas regionais de turismo de Portugal continental e dos pólos de desenvolvimento turístico, a delimitação e características, bem como o regime jurídico da criação, organização e funcionamento das respectivas entidades regionais de turismo.

- **Decreto-Lei n.º 190/2009, de 17 de Agosto**

Altera o Decreto-Lei n.º 325/2003, de 29 de Dezembro, que define a sede, a organização e a área de jurisdição dos tribunais administrativos e fiscais, concretizando o respectivo Estatuto.

- **Decreto-Lei n.º 193/2009, de 17 de Agosto**

Altera o Decreto-Lei n.º 40/2003, de 11 de Março, que aprovou o Regulamento Relativo aos Vidros de Segurança e aos Materiais para Vidros dos Automóveis e Seus Reboques.

- **Decreto-Lei n.º 201/2009, de 28 de Agosto**

Altera o Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de Agosto, que instituiu o abono de família para crianças e jovens e definiu a protecção na eventualidade de encargos familiares no âmbito do subsistema de protecção familiar, instituindo uma nova prestação denominada bolsa de estudo.

- **Decreto-Lei n.º 222/2009, de 11 de Setembro**

Estabelece medidas de protecção do consumidor na celebração de contratos de seguro de vida associados ao crédito à habitação e procede à alteração do Decreto-Lei n.º 349/98, de 11 de Novembro.

- **Decreto-Lei n.º 227/2009, de 14 de Setembro**

Alter o Decreto-Lei n.º 190/2003, de 22 de Agosto, que regulamenta a Lei n.º 93/99, de 14 de Julho, que regula a aplicação de medidas para protecção de testemunhas em processo penal.

- **Decreto-Lei n.º 228/2009, de 14 de Setembro**

Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de Março, que aprovou o regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos.

- **Decreto-Lei n.º 254/2009, de 24 de Setembro de 2009**
Aprova o Código Florestal.

- **Decreto-Lei n.º 259/2009, de 25 de Setembro**
Regula o regime jurídico da arbitragem obrigatória e a arbitragem necessária, bem como a arbitragem sobre serviços mínimos durante a greve e os meios necessários para os assegurar, de acordo com o artigo 513.º e a alínea b) do n.º 4 do artigo 538.º do Código do Trabalho.

- **Decreto-Lei n.º 260/2009, de 25 de Setembro**
Regula o regime jurídico do exercício e licenciamento das agências privadas de colocação e das empresas de trabalho temporário.

- **Decreto-Lei n.º 267/2009, de 29 de Setembro**
Estabelece o regime jurídico da gestão de óleos alimentares usados.

- **Decreto-Lei n.º 268/2009, de 29 de Setembro**
Estabelece o regime do licenciamento dos recintos itinerantes e improvisados, bem como as normas técnicas e de segurança aplicáveis à instalação e funcionamento dos equipamentos de diversão instalados nesses recintos, e altera o Decreto-Lei n.º 309/2002, de 16 de Dezembro, que regula a instalação e o financiamento de recintos de espectáculos, no âmbito das competências das câmaras municipais.

- **Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de Outubro**
Altera o Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

- **Decreto-Lei n.º 286/2009, de 8 de Outubro**
Regula a assistência e o patrocínio judiciário aos bombeiros, nos processos judiciais em que sejam demandados ou demandantes, por factos ocorridos no âmbito do exercício de funções, nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 241/2007, de 21 de Junho.

- **Decreto-Lei n.º 288/2009, de 8 de Outubro**
Altera o Decreto-Lei n.º 381/98, de 27 de Novembro, que regulamenta e desenvolve o regime jurídico da identificação criminal e de contumazes, e o Decreto-Lei n.º 62/99, de 2 de Março, que regula os ficheiros informáticos em matéria de identificação criminal e de contumazes.

- **Decreto-Lei n.º 291/2009, de 12 de Outubro**
Altera o Decreto-Lei n.º 202/96, de 23 de Outubro, que estabelece o regime de avaliação de incapacidade das pessoas com deficiência para efeitos de acesso às medidas e benefícios previstos na lei.

- **Decreto-Lei n.º 294/2009, de 13 de Outubro**
Novo regime do arrendamento rural.

- **Decreto-Lei n.º 295/2009, de 13 de Outubro**
Altera o Código de Processo do Trabalho, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 480/99, de 9 de Novembro.

- **Decreto-Lei n.º 297/2009, de 14 de**

Outubro
Aprova o Estatuto dos Militares da Guarda Nacional Republicana.

- **Decreto-Lei n.º 299/2009, de 14 de Outubro**
Aprova o Estatuto do Pessoal Policial da Polícia de Segurança Pública.

- **Decreto-Lei n.º 300/2009, de 14 de Outubro**
Aprova a orgânica da Polícia Judiciária Militar.

- **Decreto-Lei n.º 306/2009, de 23 de Outubro**
Altera o Decreto-Lei n.º 157/2006, de 8 de Agosto, que aprova o regime jurídico das obras em prédios arrendados.

- **Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de Outubro**
Aprova o regime jurídico da reabilitação urbana.

- **Decreto-Lei n.º 313/2009, de 27 de Outubro**
Aprova o Regulamento da Habilitação Legal para Conduzir.

- **Decreto-Lei n.º 315/2009, de 29 de Outubro**
Aprova o regime jurídico da detenção de animais perigosos e potencialmente perigosos enquanto animais de companhia.

- **Decreto-Lei n.º 316/2009, de 29 de Outubro**
Altera o Decreto-Lei n.º 142/2006, de 27 de Julho, que criou o Sistema Nacional de Informação e Registo Animal, e o Decreto-Lei n.º 214/2008, de 10 de Novembro, que estabeleceu o regime jurídico do exercício da actividade pecuária.

- **Decreto-Lei n.º 322/2009, de 14 de Dezembro**
Revoga o artigo 148.º da Lei n.º 53-A/2006, de 29 de Dezembro, e o artigo 160.º da Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro, eliminando as taxas moderadoras para acesso a internamento e acto cirúrgico realizado em ambulatório, no âmbito do Serviço Nacional de Saúde.

- **Decreto-Lei n.º 3/2010, de 5 de Janeiro**
Consagra a proibição de cobrança de encargos pela prestação de serviços de pagamento e pela realização de operações em caixas multibanco.

- **Decreto-Lei n.º 5/2010, de 15 de Janeiro**
Actualiza o valor da retribuição mínima mensal garantida para 2010.

- **Decreto-Lei n.º 24/2010, de 25 de Março**
Fixa até 31 de Dezembro de 2010 o prazo de regularização dos estabelecimentos de produção de vinhos comuns e licorosos, incluindo de engarrafamento e de envelhecimento dos mesmos, procedendo à primeira alteração do Decreto-Lei n.º 209/2008, de 29 de Outubro.

- **Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março**
Altera o Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, que estabelece o regime jurídico da urbanização e edificação, e o Decreto-Lei n.º 107/2009, de 15 de Maio.

- **Decreto-Lei n.º 34/2010, de 15 de**

Abril
Procede à definição das regras que permitem a livre circulação de artigos de pirotecnia e estabelece os requisitos essenciais de segurança que esses artigos devem satisfazer tendo em vista a sua colocação no mercado.

- **Decreto-Lei n.º 35/2010, de 15 de Abril**
Cria nova excepção à regra de continuidade dos prazos alterando os artigos 143.º e 144.º do Código de Processo Civil.

- **Decreto-Lei n.º 40/2010, de 28 de Abril**
Reorganiza as estruturas de coordenação do combate à droga e à toxicodependência, alargando as respectivas competências à definição e à execução de políticas relacionadas com o uso nocivo do álcool, e altera o Decreto-Lei n.º 1/2003, de 6 de Janeiro.

- **Decreto-Lei n.º 41-A/2010, de 29 de Abril**
Regula o transporte terrestre, rodoviário e ferroviário, de mercadorias perigosas.

- **Decreto-Lei n.º 47/2010 de 10 de Maio de 2010**
Estabelece um regime transitório de actualização das pensões de acidentados de trabalho, para o ano de 2010, de 1,25 %.

DECRETOS:

- **Decreto Regulamentar n.º 28/2009, de 12 de Outubro**
Altera o Decreto Regulamentar n.º 61/94, de 12 de Outubro, que regulamenta o Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro.

- **Decreto Regulamentar n.º 1/2010, de 26 de Abril de 2010**
Altera o Decreto Regulamentar n.º 5/2008, de 11 de Fevereiro, que regulamenta a Lei n.º 32/2006, de 26 de Julho, que aprovou a aplicação de técnicas de procriação medicamente assistida em Portugal.

PORTARIAS:

- **Portaria n.º 654/2009, de 17 de Junho**
Regulamenta os pedidos online de actos e de processos de registo civil.

- **Portaria n.º 679/2009, de 25 de Junho**
Altera a Portaria n.º 377/2008, de 26 de Maio, que fixa os critérios e valores orientadores para efeitos de apresentação aos lesados por acidente automóvel de proposta razoável para indemnização do dano corporal.

- **Portaria n.º 680/2009, de 25 de Junho**
Fixa o quadro complementar de juízes e de magistrados do Ministério Público para os distritos judiciais e revoga a Portaria n.º 412-A/99, de 7 de Junho, que fixa o quadro complementar de juízes e de procuradores-adjuntos.

- **Portaria n.º 732/2009, de 8 de Julho**
Altera a Portaria n.º 68-C/2008, de 22 de Janeiro, que aprova o Regulamento do Sistema de Mediação Penal.

- **Portaria n.º 774/2009, de 21 de Julho**
Altera o Regulamento da Pesca por Arte de Armadilha, aprovado pela Portaria n.º 1102-D/2000, de 22 de Novembro.

- **Portaria n.º 778/2009, de 22 de Julho**

Define as áreas de responsabilidade da GNR e da PSP, relativas aos itinerários principais e itinerários complementares nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto.

- **Portaria n.º 787/2009, de 28 de Julho**
Altera o Regulamento de Autorizações Especiais de Trânsito (RAET), aprovado pela portaria n.º 472/2007, de 15 de Junho.

- **Portaria n.º 934/2009, de 20 de Agosto**
Regula o reembolso das despesas com a deslocação dos juízes com residência autorizada nas Regiões Autónomas e que exerçam funções nos tribunais superiores.

- **Portaria n.º 975/2009, de 1 de Setembro**
Altera a Portaria n.º 1538/2008, de 30 de Dezembro, que altera e republica a Portaria n.º 114/2008, de 6 de Fevereiro, que regula vários processos judiciais.

- **Portaria n.º 977/2009, de 1 de Setembro**
Aprova o Regulamento do Controlo Metrológico dos Sonómetros e revoga a Portaria n.º 1069/89, de 13 de Dezembro.

- **Portaria n.º 978/2009, de 1 de Setembro**
Aprova o Regulamento do Controlo Metrológico dos Contadores de Tempo

- **Portaria n.º 1244/2009, de 13 de Outubro**
Determina a aplicação em vários tribunais do regime processual civil de natureza experimental (RPCE).

- **Portaria n.º 1452/2009, de 29 de Dezembro**
Define os códigos de actividade económica (CAE) correspondentes a várias actividades.

- **Portaria n.º 1495/2009, de 30 de Dezembro**
Fixa o valor médio de construção por metro quadrado para vigorar em 2010.

- **Portaria n.º 67/2010, de 3 de Fevereiro**
Aplica aos negócios jurídicos de doação e de permuta de prédios o procedimento especial de transmissão, oneração e registo imediato de prédios urbano em atendimento presencial único.

- **Portaria n.º 134/2010, de 2 de Março**
Altera a Portaria n.º 277-A/99, de 15 de Abril, que regula a actividade de transportes em táxi e estabelece o equipamento obrigatório para o licenciamento dos veículos automóveis de passageiros.

- **Portaria n.º 144/2010, de 10 de Março**
Fixa os honorários dos árbitros e peritos do tribunal arbitral no âmbito da arbitragem necessária.

- **Portaria n.º 145/2010, de 10 de Março**
Cria a certidão permanente de registo civil e regulamenta as condições quanto ao pedido de acesso, ao prazo de validade e aos emolumentos devidos.

- **Portaria n.º 195-A/2010, de 8 de Abril**
Altera a Portaria n.º 114/2008, de 6 de Fevereiro, que regula vários aspectos da tramitação electrónica dos processos judiciais.

- **Portaria n.º 229-A/2010, de 23 de**

Abril
Aprova os modelos de documentos comprovativos da atribuição do estatuto de vítima.

- **Portaria n.º 269/2010, de 17 de Maio**
Estabelece que o período crítico no âmbito do Sistema de Defesa da Floresta contra Incêndios vigore de 1 de Julho a 15 de Outubro no ano de 2010.

- **Portaria n.º 288/2010, de 27 de Maio**
Define as espécies cinegéticas às quais é permitido o exercício da caça e fixa os períodos, os processos e outros condicionamentos para a época venatória de 2010-2011

DECLARAÇÕES DE RECTIFICAÇÃO:

- **Declaração de Rectificação n.º 41/2009, de 22 de Junho**
Rectifica a Lei n.º 18/2009, de 11 de Maio, que altera o Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 90, de 11 de Maio de 2009.

- **Declaração de Rectificação n.º 55/2009, de 31 de Julho**
Rectifica o Decreto-Lei n.º 133/2009, de 2 de Junho, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 106, de 2 de Junho de 2009.

- **Declaração de Rectificação n.º 57/2009, de 4 de Agosto**
Rectifica a Lei n.º 27/2009, de 19 de Junho, que fixa o regime jurídico da luta contra a dopagem no desporto, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 117, de 19 de Junho de 2009.

- **Declaração de Rectificação n.º 70/2009, de 1 de Outubro**
Rectifica a Lei n.º 89/2009, de 31 de Agosto, que altera a Lei n.º 50/2006, de 29 de Agosto, que estabelece o regime aplicável às contra-ordenações ambientais, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 168, de 31 de Agosto de 2009.

- **Declaração de Rectificação n.º 74/2009, de 9 de Outubro**
Rectifica o Decreto-Lei n.º 183/2009, de 10 de Agosto, que fixa o regime jurídico da deposição de resíduos em aterro, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 153, de 10 de Agosto de 2009.

- **Declaração de Rectificação n.º 75/2009, de 12 de Outubro**
Rectifica a Lei n.º 99/2009, de 4 de Setembro, que aprova o regime quadro das contra-ordenações do sector das comunicações, publicada no Diário da República, 1.ª série, n.º 172, de 4 de Setembro de 2009.

- **Declaração de Rectificação n.º 76/2009, de 15 de Outubro**
Rectifica o Decreto-Lei n.º 259/2009, de 25 de Setembro, que regula o regime jurídico da arbitragem obrigatória e a arbitragem necessária, bem como a arbitragem sobre serviços mínimos durante a greve e os meios necessários para os assegurar, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 187, de 25 de Setembro de 2009.

- **Declaração de Rectificação n.º 77/2009, de 15 de Outubro**
Rectifica o Decreto-Lei n.º 222/2009, de

11 de Setembro, que estabelece medidas de protecção do consumidor na celebração de contratos de seguro de vida associados ao crédito à habitação, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 177, de 11 de Setembro de 2009.

- **Declaração de Rectificação n.º 86/2009, de 23 de Novembro**
Rectifica o Decreto-Lei n.º 295/2009, de 13 de Outubro, que altera o Código de Processo do Trabalho, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 198, de 13 de Outubro 2009.

- **Declaração de Rectificação n.º 88/2009, de 23 de Novembro de 2009**
Rectifica o Decreto-Lei n.º 254/2009, de 24 de Setembro de 2009, que aprova o Código Florestal, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 186, de 24 de Setembro de 2009.

- **Declaração de Rectificação n.º 91/2009, de 27 de Novembro**
Rectifica o Decreto-Lei n.º 299/2009, de 14 de Outubro, que aprova o Estatuto do Pessoal Policial da Polícia de Segurança Pública, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 199, de 14 de Outubro de 2009.

- **Declaração de Rectificação n.º 92/2009, de 27 de Novembro**
Rectifica o Decreto-Lei n.º 297/2009, de 14 de Outubro, que aprova o Estatuto dos Militares da Guarda Nacional Republicana, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 199, de 14 de Outubro de 2009.

- **Declaração de Rectificação n.º 94/2009, de 24 de Dezembro**
Rectifica o Decreto-Lei n.º 313/2009, de 27 de Outubro, que aprova o Regulamento da Habilitação Legal para Conduzir, publicado no Diário da República, 1ª série, n.º 208, de 27 de Outubro de 2009.

RESENHA DE JURISPRUDÊNCIA

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL:

- **Acórdão n.º 494/2009, de 29 de Setembro de 2009**

Declara a inconstitucionalidade, com força obrigatória geral, da norma contida no n.º 9 do artigo 98.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, na parte em que impõe que efectuem pagamento especial por conta entidades que, no exercício a que o pagamento respeita, apenas auferam rendimentos isentos de IRC, declara a inconstitucionalidade consequencial da norma contida no n.º 5 do artigo 44.º da Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro, na parte em que se refere às mesmas entidades (1.ª Série – Diário da República de 23 de Outubro de 2009).

SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA:

- **Acórdão n.º 10/2009, de 21 de Maio de 2009**

Nos termos do artigo 80.º, n.º 1, do Código Penal, não é de descontar o período de detenção a que o arguido foi submetido, ao abrigo dos artigos 116.º, n.º 2, e 332.º, n.º 8,

do Código de Processo Penal, por ter faltado à audiência de julgamento, para a qual havia sido regularmente notificado, e a que, injustificadamente, faltou. (1.ª Série – Diário da República de 24 de Junho de 2009).

- **Acórdão n.º 11/2009, de 18 de Junho de 2009**

É autor de crime de homicídio na forma tentada, previsto e punido pelas disposições conjugadas dos artigos 22.º, n.ºs 1 e 2, alínea c), 23.º, 26.º e 131.º, todos do Código Penal, quem decidiu e planeou a morte de uma pessoa, contactando outrem para a sua concretização, que manifestou aceitar, mediante pagamento de determinada quantia, vindo em consequência o mandante a entregar-lhe parte dessa quantia e a dar-lhe indicações relacionadas com a prática do facto, na convicção e expectativa dessa efectivação, ainda que esse outro não viesse a praticar qualquer acto de execução do facto. (1.ª Série – Diário da República de 21 de Julho de 2009).

- **Acórdão n.º 12/2009, de 7 de Julho de 2009**

A obrigação de prestação de alimentos a menor, assegurada pelo Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores, em substituição do devedor, nos termos previstos nos artigos 1.º da Lei n.º 75/98, de 19 de Novembro, e 2.º e 4.º, n.º 5, do Decreto-Lei n.º 164/99, de 13 de Maio, só nasce com a decisão que julgue o incidente de incumprimento do devedor originário e a respectiva exigibilidade só ocorre no mês seguinte ao da notificação da decisão do tribunal, não abrangendo quaisquer prestações anteriores. (1.ª Série – Diário da República de 5 de Agosto de 2009).

- **Acórdão n.º 13/2009, de 1 de Outubro de 2009**

Durante o inquérito, o juiz de instrução criminal pode determinar, a requerimento do Ministério Público, elaborado nos termos do n.º 7 do artigo 188.º do Código de Processo Penal, a transcrição e junção aos autos das conversações e comunicações indispensáveis para fundamentar a futura aplicação de medidas de coacção ou de garantia patrimonial, à excepção do termo de identidade e residência, não tendo aquele requerimento de ser cumulativo com a promoção para aplicação de uma medida de coacção, mas devendo o Ministério Público indicar nele a concreta medida que tenciona vir a promover (1.ª Série – Diário da República de 6 de Novembro de 2009).

- **Acórdão n.º 14/2009, de 21 de Outubro de 2009**

«O período de adaptação à liberdade condicional previsto no artigo 62.º do Código Penal pode ser concedido, verificados os restantes pressupostos, a partir de um ano antes de o condenado perfazer metade, dois terços ou cinco sextos da pena, com o limite de cumprimento efectivo de um mínimo de 6 meses de prisão». (1.ª Série – Diário da República de 20 de Novembro de 2009).

- **Acórdão n.º 15/2009, de 21 de Outubro de 2009**

A aplicação do n.º 5 do artigo 50.º do Código Penal, na redacção da Lei n.º 59/2007, de 4 de Setembro, a condenado em

pena de suspensão da execução da prisão, por sentença transitada em julgado antes da entrada em vigor daquele diploma legal, opera-se através de reabertura da audiência, a requerimento do condenado, nos termos do artigo 371º-A do Código de Processo Penal. (1.ª Série – Diário da República de 23 de Novembro de 2009).

- **Acórdão n.º 16/2009, de 18 de Novembro de 2009**

A discordância do juiz de instrução em relação à determinação do Ministério Público, visando a suspensão provisória do processo, nos termos e para os efeitos do n.º 1 do artigo 281.º do Código de Processo Penal, não é passível de recurso. (1.ª Série – Diário da República de 24 de Dezembro de 2009).

- **Acórdão n.º 1/2010, de 3 de Dezembro de 2009**

Nos termos do disposto na redacção originária do n.º 1 do artigo 10.º da Lei n.º 23/96, de 26 de Julho, e no n.º 4 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 381-A/97, de 30 de Dezembro, o direito ao pagamento do preço de serviços de telefone móvel prescreve no prazo de seis meses após a sua prestação. (1.ª Série – Diário da República de 21 de Janeiro de 2010).

- **Acórdão n.º 2/2010, de 20 de Janeiro de 2010**

Fora dos casos previstos no artigo 688.º do Código de Processo Civil (na redacção anterior ao Decreto-Lei n.º 303/2007, de 24 de Setembro), apresentado requerimento de interposição de recurso de decisão do relator, que não seja de mero expediente, este deverá admiti-lo como requerimento para a conferência prevista no artigo 700.º, n.º 3, daquele Código. (1.ª Série – Diário da República de 22 de Fevereiro de 2010).

- **Acórdão n.º 3/2010, de 4 de Fevereiro de 2010**

A norma da alínea b) do n.º 1 do artigo 204.º do Código Penal, no segmento «transportada por passageiros utentes de transporte colectivo», abrange as coisas que esses passageiros trazem consigo, constituam ou não bagagem. (1.ª Série – Diário da República de 5 de Março de 2010).

- **Acórdão do nº 4/2010, de 4 de Fevereiro de 2010**

Constitui modalidade afim, e não jogo de fortuna ou azar, nos termos dos artigos 159.º, n.º 1, 161.º, 162.º e 163.º do Decreto-Lei n.º 422/89, de 2 de Dezembro, na redacção do Decreto-Lei n.º 10/95, de 19 de Janeiro, o jogo desenvolvido em máquina automática na qual o jogador introduz uma moeda e, rodando um manípulo, faz sair de forma aleatória uma cápsula contendo uma senha que dá direito a um prémio pecuniário no caso de o número nela inscrito coincidir com algum dos números constantes de um cartaz exposto ao público. (1.ª Série – Diário da República de 8 de Março de 2010).

- **Acórdão n.º 5/2010, de 15 de Abril de 2010**

O prazo de prorrogação do adiamento do acesso aos autos a que se refere a segunda parte do artigo 89.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, é fixado pelo juiz de instrução

pelo período de tempo que se mostrar objectivamente indispensável à conclusão da investigação, sem estar limitado pelo prazo máximo de três meses, referido na mesma norma. (1.ª Série – Diário da República de 14 de Maio de 2010).

- **Acórdão n.º 6/2010, de 15 de Abril de 2010**

Fixa jurisprudência no sentido de que: I - Nos termos do n.º 9 do artigo 113.º do Código de Processo Penal, a decisão de revogação da suspensão da execução da pena de prisão deve ser notificada tanto ao defensor como ao condenado. II - O condenado em pena de prisão suspensa continua afecto, até ao trânsito da revogação da pena substitutiva ou à sua extinção e, com ela, à cessação da eventualidade da sua reversão na pena de prisão substituída, às obrigações decorrentes da medida de coacção de prestação de termo de identidade e residência (nomeadamente, a de «as posteriores notificações serão feitas por via postal simples para a morada indicada»). III - A notificação ao condenado do despacho de revogação da suspensão da pena de prisão pode assumir tanto a via de «contacto pessoal» como a «via postal registada, por meio de carta ou aviso registados» ou, mesmo, a «via postal simples, por meio de carta ou aviso» [artigo 113.º, n.º 1, alíneas a), b), c) e d), do Código de Processo Penal]. (1.ª Série – Diário da República de 21 de Maio de 2010).

SUPREMO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO:

- **Acórdão n.º 1/2010, de 22 de Outubro de 2009**

Uniformiza a jurisprudência nos seguintes termos: se, após a adjudicação de uma empreitada de obras públicas, o dono da obra não promover a celebração do contrato, o direito do adjudicatário a ser indemnizado pelo dano negativo (dano de confiança) abrange as despesas com a aquisição do processo de concurso e com a elaboração da proposta, que possuem uma efectiva conexão com a ilicitude específica geradora da responsabilidade pré-contratual (1.ª Série – Diário da República de 20 de Janeiro).

- **Acórdão n.º 2/2010, de 25 de Novembro de 2009**

Uniformiza a jurisprudência no sentido de que pertence ao Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa a competência em razão da matéria para conhecer da acção administrativa especial que tem por objectivo saber se constituem despesas a cargo do Fundo de Regularização da Dívida Pública as importâncias decorrentes do apuramento de dívidas à administração fiscal por parte de empresas que tenham sido objecto de reprivatização, referentes a períodos anteriores à data da operação de transferência da titularidade do capital social, quando estas não tenham sido consideradas no respectivo processo de avaliação. (1.ª Série – Diário da República de 2 de Fevereiro de 2010).

- **Acórdão n.º 3/2010, de 14 de Janeiro de 2010**

Uniformiza a jurisprudência quanto

à interpretação do artigo 9.º da Lei n.º 52-A/2005, 10 de Outubro, que veio alterar «o regime relativo a pensões e subvenções dos titulares de cargos políticos e o regime remuneratório dos titulares de cargos executivos de autarquias locais» no sentido de o eleito local, beneficiário de uma reforma (aposentação) antecipada nos termos do artigo 18.º do Estatuto, continuar a não poder cumular essa pensão com a remuneração devida pelo exercício das mesmas funções que haviam

determinado a reforma (aposentação), sendo objectivo da lei a redução do montante das pensões e o aumento da idade e do tempo de serviço necessário para as conseguir. (1.ª Série – Diário da República de 11 de Março de 2010).

- **Acórdão n.º 4/2010, de 25 de Março de 2010**

Uniformiza a jurisprudência nos seguintes termos: as acções administrativas especiais – e as respectivas providências

cautelares – onde é pedida a anulação ou a declaração de nulidade de actos administrativos, em que um dos autores reside em Portugal e o outro reside no estrangeiro, podem ser intentadas no tribunal da residência habitual ou sede do autor em Portugal ou no Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, cabendo aos autores essa escolha. (1.ª Série – Diário da República de 26 de Março de 2010).

artigo	?? (??)
--------	------------

História de uma Reforma Anunciada.

Decorrido um ano sobre a implementação da Comarca da Grande Lisboa Noroeste parece chegada a hora de se fazerem as primeiras avaliações ou balanços desta nova experiência.

Falo na perspectiva de Juiz da Grande Instância Cível onde estou a exercer funções, sendo essa a realidade que conheço.

Ao pretender ensaiar isso mesmo, a primeira questão que se me oferece dizer é que o que podemos avaliar não é a nova orgânica prevista, mas antes aquela que temos cá actualmente e na qual estamos a trabalhar; é que houve previsões que ficaram apenas no papel.

Parece assim, que uma nova avaliação terá de ser feita quando tivermos efectivamente implementado o modelo previsto e que supõe, entre outras coisas que hoje não existem:

- a existência de cursos de formação específicos para o Juiz Presidente e para os Juízes Coordenadores, com vista a melhor habilitá-los a realizar as funções de coordenação e gestão que lhes são atribuídas;

- a criação dos gabinetes de apoio aos magistrados, conforme previsto nos artº 83 e 84 da LOFTJ;

- a implementação das chamadas secções de recuperação de pendências previstas no artº 53 do Decreto Lei 25/2009 de 26 de Janeiro.

Não temos assim dúvidas de que se a chamada “reforma judiciária” tivesse sido feito conforme previsto, a avaliação seria necessariamente melhor.

Mas adiante, vejamos o que temos.

Diria que podemos falar de três alterações mais relevantes: novas unidades territoriais; especialização e novo modelo de gestão.

Quanto à primeira, a Comarca da Grande Lisboa Noroeste abrange as antigas comarcas de Sintra, Mafra e Amadora. Numa apreciação que não pode deixar de ser subiectiva, parece-me que esta unidade territorial

abrange um leque populacional muito grande, que se não é equivalente à Comarca de Lisboa, anda lá muito próximo. Por outro lado, na minha apreciação, a Amadora está mais virada para Lisboa, do que para Sintra. Não posso deixar de contar uma situação que se passou comigo, em que é deprecada, de um processo a correr termos numa Vara Cível de Lisboa, o juramento de tutor de um interdito, que vive na Amadora e que a primeira coisa que fez quando chega ao Tribunal é perguntar porque é que veio para Sintra, quando para ele era muito mais fácil ir a Lisboa.

Quanto à segunda questão, que se refere à especialização, considero que as vantagens são inegáveis e não precisarão de grande explicação. São um factor, por um lado, de eficácia e, por outro lado, em princípio, de maior qualidade na prestação do serviço de justiça.

Quanto ao modelo de gestão, centrada no Juiz Presidente e no Administrador Judicial constitui, quanto a mim, das maiores valias da nova reforma, assente numa maior proximidade e num melhor conhecimento da realidade. E, no caso de Sintra, posso testemunhar os autênticos “malabarismos” que têm sido feitos para que possa ser dada uma resposta eficaz às questões mais prementes que se põem, seja por faltas ao nível de funcionários ou de magistrados, a que não será estranho, a competência das pessoas que, neste momento em Sintra, ocupam tais lugares.

Parece então que são tudo rosas e que se aliarmos tudo isto à avaliação das pendências processuais que têm vindo sucessivamente a descer, temos todos os elementos para estar muito satisfeitos.

Mas não é assim.

Quando olhamos para a qualidade do serviço público de justiça prestado aos

cidadãos, não podemos ficar satisfeitos, pelo contrário.

E neste aspecto, posso dizer, da minha parte, que as esperanças que tinha na implantação da reforma prevista, se traduzem hoje em alguma desilusão, embora haja uma conclusão indubitável quanto à justiça cível: estamos hoje melhor do que se não tivesse havido reforma.

Constatamos aqui, que o facto de a reforma não ter sido implementada conforme previsto, não permite fazer uma avaliação positiva deste item, que ao fim ao cabo é o mais importante e a razão de ser da própria reforma: a qualidade do serviço público de justiça prestado ao cidadão.

Na verdade, neste momento, parecemos chegados a algum impasse.

No caso da Grande Instância Cível foram postos a andar centenas de processos, muitos deles parados há um ano e há dois anos, mas tendo sido posto tudo a rolar (nomeadamente, em seis meses foram feitos cerca de 500 despachos saneadores em acções ordinárias), não há agora capacidade de resposta para a realização das centenas de julgamento que há para realizar. Pode dizer-se a uma pessoa que tem um processo no tribunal há cinco anos que o julgamento é marcado para dez meses depois e aí se for adiado, são mais dez meses ? Que resposta estamos a dar aos cidadãos.

Em 1 de Setembro de 2009, data que podemos considerar a partir da qual o funcionamento do tribunal regularizou, existiam 3101 acções ordinárias sem decisão (divididas por 5 Juízes que compõem o quadro), em Maio de 2010, essas acções são 2467, sendo certo que a média de entrada de acções por mês por Juiz será de 20, sendo que 12 são acções ordinárias. Foi colocado um Juiz da bolsa e encontram-se Juízes em acumulação

para fazerem os despachos saneadores e julgamentos em processos anteriores a 31/12/2004. Neste momento, as acções sem decisão anteriores a 31 de Dezembro de 2007 são cerca de 1200, sendo que destas, metade são anteriores a 31/12/2005. Como é que podemos tratar disto e das acções que entram de novo, sem que, conforme o previsto “a recuperação de pendências seja feita de um modo autónomo”. Onde estão os meios humanos disponibilizados pela DGAJ e previstos no artº 53 nº 4 do Decreto Lei 25/2009 ?

É verdade que os recursos humanos são escassos e custam muito dinheiro aos contribuintes. É por isso que tem de haver um critério rigoroso na sua distribuição.

A nosso ver a sua gestão não pode deixar de passar por critérios objectivos que permitam também a responsabilização pelo trabalho desenvolvido. Não pode ser quem grita mais que consegue que venha mais um funcionário para uma secção ou um Juiz auxiliar. Que critérios presidem a esta distribuição de recursos ? Alguém sabe ?

Também a gestão tem de passar a ser vista na perspectiva do cidadão que recorre à justiça, não na perspectiva dos operadores judiciários e para isso voltamos à velha questão da contigitação processual.

Enquanto não houver valores de referência que sirvam de apoio à gestão dos recursos humanos que existem, sejam funcionários, sejam magistrados, vamos continuar a ter uma justiça para os cidadãos de Sintra e outra para os de Lisboa ou do Porto.

A quem é que isso pode interessar ?

artigo

Rui Tavares
(Presidente da Delegação de Sintra da Ordem dos Advogados)



A Comarca Experimental da Grande Lisboa-Noroeste, Expectativas dos Advogados da Comarca.

Com a reforma do mapa judiciário o Palácio da Justiça de Sintra, passou a ser a sede da comarca experimental da Grande Lisboa-Noroeste, que abrange as antigas comarcas de Sintra, Amadora e Mafra, servindo uma população de cerca de 800.000 pessoas.

O Palácio da Justiça que foi construído para responder às necessidades da comarca de Sintra, e às expectativas de crescimento da mesma, inaugurado em Janeiro de 2005, viu-se de repente, com a criação da Comarca da Grande Lisboa-Noroeste, fisicamente esgotado, pois passou a albergar todas as competências, incluindo Tribunal do Comércio, para além de um DIAP e do TAF, este já ali instalado desde Janeiro de 2004, com as obras de construção ainda em curso.

A criação da comarca experimental da Grande Lisboa-Noroeste foi recebida com grande expectativa pelos Advogados da Comarca de Sintra, atentos os

juízos de competência especializada que a comarca passou a albergar, no entanto a apreensão acompanhou essa expectativa, pois o elevado número de processos existentes no Tribunal, cerca de 100.000, dos quais cerca de 46.000 eram execuções, sendo actualmente cerca de 60.000, faziam temer que, se o número de Magistrados Judiciais, Procuradores do MP e Funcionários, não fosse o suficiente, iriam continuar os atrasos na aplicação da justiça, ficando todos a perder.

Sendo igualmente fonte de apreensão, o facto de o crime do concelho da Amadora, até aí julgado na comarca de Lisboa, passar a ser julgado na nova comarca.

Consideramos que o primeiro ano da comarca foi positivo, a existência do concelho de comarca e da comissão permanente, da qual fazemos parte em representação da Ordem dos Advogados, tem sido uma experiência muito gratifi-

cante, a qual nos tem permitido um melhor conhecimento do funcionamento do tribunal, e das dificuldades que se deparam na sua gestão. Fruto dessa participação, temo-nos apercebido de que existiu um esforço de dotar o tribunal dos meios necessários ao seu funcionamento, acompanhado de não menor esforço por parte dos Magistrados e Funcionários Judiciais que nele trabalham diariamente.

Esforço que ameaça ter sido em vão, atendendo a que, nos próximos movimentos de funcionários e com a cessação dos contratos de trabalho, o Tribunal corre o risco de perder 20 funcionários, os quais são essenciais para o normal funcionamento do Tribunal.

Queremos acreditar que tal não se venha a verificar, sendo possível manter a esperança que o futuro da Comarca da Grande Lisboa-Noroeste seja positivo.

artigo

Nuno Pires Salpico
(Juiz de Direito)

Novíssima e Nefasta Reforma da Organização Judiciária.

Desmantelamento da justiça.

O primeiro Governo de José Sócrates exibindo a legitimidade de uma ideia reformista da Justiça, teoricamente “bem vista”, implementou várias medidas que, no entanto, atingiram duramente os Tribunais e os juízes, prejudicando gravemente, tanto a eficácia da administração da Justiça, como a independência do acto de julgar.

Agora que se aproxima o termo do período experimental da Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais, a 31 de Agosto de 2010, e já está em curso a avaliação e o balanço sobre o impacto da aplicação dessa lei às comarcas piloto (cfr.arts.187º, “ex vi” arts.171º e 172º todos da Lei nº52/2008), interessa analisar as consequências da futura aplicação da referida Lei nº52/2008 de 28 de Agosto às restantes comarcas. Contudo, primeiramente, importará perceber o contexto histórico em que tal lei foi idealizada, podendo, desde já, afirmar-se que nela está estampado não só o propósito de humilhar os juízes, como mais um passo que se dá no desmantelamento dos Tribunais como órgãos de soberania.

Ambiente histórico na concepção e publicação Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais nº25/2008

A nova Lei de Organização e Funcionamento dos Tribunais Judiciais, foi pensada e gizada numa época em que o poder político se revelou hostil aos juízes, extinguindo-lhes o serviço social, alterando-lhes com gáudio o regime jurídico das férias (a maioria dos juízes consagrava-se à produção de sentenças e saneadores naquele período designado de férias), e nesse mesmo tempo, estrategicamente, promoveu reformas estruturais, que afectaram gravemente o bom funcionamento dos Tribunais, das quais se salientam as seguintes:

Manteve e aprofundou o desastre da **reforma da acção executiva publicada pelo Dec.Lei nº38/2003**, inutilizando, de uma só vez, toda a justiça cível, com tremendo impacto na economia do País, em resultado da não atempada cobrança coerciva dos créditos.

Generalizou-se a sensação de impunidade entre os contraentes faltosos, fundada na paralisia de mais de um milhão de execuções, coisa nunca vista na história da justiça portuguesa, e que tem a sua única causa na reforma da acção executiva publicada pelo referido Dec.Lei nº38/2003. Quanto à força e evidência desta causa não há por onde esconder. Quem quiser comparar estatísticas, independentemente da dioptria de cada analista, a flecha da pendência das execuções posterior á entrada em vigor da lei nº38/2003, é duma evidência confrangedora para qualquer político, mesmo para os que golpeiam estatísticas com números trabalhados. Na nova acção executiva assistimos à injustiça, ao uso excessivo da força sobre os executados, a um processo executivo caríssimo, inacessível, e imobilizado segundo a conveniência e gestão de cada agente de execução. O assombro desta solução em pleno século XXI, que afasta os Tribunais do acto de julgar (e que nada tem que ver com a desjudicialização), é coisa nunca vista, por representar um recuo civilizacional sem paralelo na ordem jurídica ocidental. É um grande passo a caminho da decadência típica de algumas repúblicas atrasadas, sem corpo pensante, sem inteligência, sem tribunais, onde não se promove o valor humano e a Justiça.

A **reforma do processo penal e do Código Penal**, sem resolver um único dos estrangulamentos pré-existentes, criou e somou incriveis embaraços no processo penal: no regime de detenção; no 1º interrogatório judicial do arguido, emaranhado com um formalismo multiplicado, exposto a nulidades processuais; na diminuição dos prazos da prisão preventiva, bem como os prazos dos inquéritos, sem que tenham melhorado os meios e o poder de direcção do MºPº junto dos OPC, cuja desarticulação e falta de direcção sempre implicou perdas de tempo em fase de inquérito; e na circunstância do juiz de instrução não poder aplicar medida de coacção mais grave que a proposta pelo MºPº);

Por outro lado, introduziram-se graves desconcertos na parte geral do código penal, fintando a moldura abstracta dos tipos de crimes previstos na parte especial, quer no regime de suspensão da pena, quer no regime

de liberdade condicional, e por último, no regime jurídico de execução das penas, com parcelas fundamentais do poder jurisdicional a transitarem para agentes administrativos que cumprem ordens do Ministro, que assim pode “aperfeiçoar a gestão e a lotação económica das cadeias”, ainda que esses fins sejam estranhos ao fins jurídicos das penas.

Encomendou-se a algumas “inteligências” o diploma sobre a **responsabilidade cível dos actos dos juízes pela publicação da Lei nº67/2007**. Este regime de responsabilidade dos juízes é exclusivamente pensado para processos polémicos, onde o poder político não está interessado que o juiz profira uma decisão independente (que pode colidir com figuras políticas), antes pretende que o juiz, perca a liberdade de consciência nos juncos de um dilema pessoal intimidatório que lhe é imposto na avaliação do risco, e que normalmente nunca se colocaria.

Um dos principais objectivos da reforma e alteração do **regime das custas judiciais**, visou, com determinação conseguida, eliminar o poder de disciplina processual do juiz no processo declarativo. Essa lei, aparentemente elaborada por sociedades de advogados (que cumpriram a tarefa com zelo), veio estreitar a tipologia dos fundamentos da tributação dos incidentes processuais, reduzindo com escândalo os limites das unidades de conta na sua tributação, a par de se haver criado uma rede de recursos das decisões que condenam em multa e que acabam por quebrar o carácter dissuasor do sistema disciplinador. Também, à vista de todos, se alterou radicalmente a amplitude das multas que no anterior art.102º alínea a) do Cód.Custas Judiciais se cifrava de 2UC a 100UC, e agora, no novo regime impõe como limite máximo a ridícula de 0,5 a 5UC, e nos casos excepcionais 10UC, cfr.art.27 do Regulamento das Custas Processuais, assim, **aniquilando a punição pela litigância de má fé** como importantíssimo instrumento de disciplina, que garantia a correcção da conduta processual das partes, evitando-se a perda de tempo com discussões infundadas, ou maliciosas.

Estas profundas alterações bastariam, por si só, para comprometer e diminuir seriamente a eficácia dos Tribunais, desde há muito sob fogo cerrado de reformas suces-

sivas que desorganizaram progressivamente o anterior quadro normativo, e que a par da permanente insuficiência de meios, só conheceu melhorias no ministério do Dr. António Costa, quando o mesmo desempatou com mestria o grave sistema de adiamentos das audiências de julgamento que paralisava o processo penal, bem como o sistema de citações no processo civil.

Mas é neste ambiente, e imbuído com a mesma filosofia de confronto e de humilhação, que é concebida a reforma da organização judiciária muito bem orientada no desmantelamento dos Tribunais.

Só resta esperar que o ministro do novo Governo Constitucional arpiepe tão mau caminho.

Análise da Lei nº52/2008, e consequências da hipotética aplicação a todo o mapa judiciário.

O conjunto de soluções aí adoptadas visam de forma insofismável o controlo dos Tribunais, retirando aos juízes a direcção dos Tribunais.

O actual sistema ainda vigente, para além das necessárias correcções sobre o processo civil/penal, do Código penal, e do regime das custas, apenas carecia de maior especialização, e de racionalização nas respostas de cada juízo. É curioso notar que a instalação das comarcas piloto foram dotadas de um acréscimo do número de juízes, realidade que não se repetirá nas restantes comarcas, se a nova lei for implementada. Esta nova lei controleira, no essencial apresenta algumas novidades organizativas que importa salientar, e pôr a nu na sua crueza.

Juiz Presidente e a “presidência do Tribunal” cometida ao administrador judiciário.

Ao mesmo tempo que se garante a figura de juiz presidente com um aparente amplo quadro jurídico de funções directivas e de gestão, cfr.art.88º da Lei nº52/2008, logo se percebe que, em matérias clássicas de direcção de um Tribunal, fica muito aquém, reconduzindo-se as funções do juiz presidente ao tratamento de informação estatística, de vigilância perante do CSM sobre os atrasos processuais; de direcção aos oficiais de justiça, embora, passe a deter o poder de formular às entidades competentes, várias sugestões e propostas de alteração na óptica da simplificação e eficácia da Justiça, poderes que são positivos, assim como a generalidade das alíneas integradas nos nºs2, 3, 5 do art.88.

Porém, àquele amplo quadro normativo que é cometido ao juiz presidente, com alguma novidade, são inscritos poderes de gestão, mas aí em matérias muito sensíveis, onde o legislador não teve pudor em afrontar as garantias constitucionais, com violação manifesta da independência dos Tribunais.

Porém, como se disse, uma parte do núcleo essencial das funções típicas da direcção de um Tribunal constituem agora as competências próprias de um **administrador judiciário, cfr.art.98º da Lei nº52/2008** (cargos

dispendiosos para o orçamento do Estado, com a remuneração de um director de serviços), onde o juiz presidente não pode expressamente interferir. O legislador fez questão de clarificar que o leque de competências próprias do administrador estão a salvo do poder de direcção do juiz presidente cfr.arts.94º nº2 “2ª parte”, e 98º nº2 da Lei nº52/2008, não esquecendo que os administradores são formados pela DGAJ e só podem ser nomeados dentro de uma lista pré-elaborada pela DGAJ, nele também podendo ser delegadas funções pelo director-geral da administração da Justiça ou pelo presidente do Instituto (cfr.art.98º nº3 da Lei nº52/2008).

No elenco de competências próprias, o administrador judiciário decide sobre a gestão dos espaços comuns e das salas de audiência (cfr.art.98º nº1 alínea a) da Lei nº52/2008), **e aqui reside uma velha aspiração do governo e da DGAJ em afastar o juiz presidente da direcção dos espaços dos Tribunais, passando o poder executivo a exercer essa direcção por intermédio do seu delegado, o administrador.**

Contudo, deve observar-se que na gestão das salas de audiência existem parâmetros de aferição jurisdicional que escapam ao administrador, quer na dignidade do acto, quer nas questões de publicidade, reserva, no protocolo dos actos processuais dos julgamentos, e na criação ou adaptação de novos espaços para salas de audiência, cuja iniciativa deve caber ao juiz presidente. Até porque na escala de ocupação desses espaços, podem surgir conflitos entre 2 juízes, e tal como a lei está redigida o administrador judiciário é quem irá dirimir esse conflito.

O legislador não pode mudar a natureza das coisas, e neste tipo de soluções aberrantes fica sempre a descoberto a intenção malévola de controlo dos tribunais pelo governo, e de humilhação dos juízes.

Em geral, é o administrador quem decide sobre os espaços comuns do Palácio da Justiça, ouvindo previamente o juiz presidente do Tribunal, e depois dessa audição, claro está, decide soberanamente, ainda que contrariando a posição do juiz presidente do Tribunal. O juiz presidente, não é presidente de nada.

Esta presidência dos espaços e valências do Tribunal pelo administrador, estende-se ao parque de estacionamento (cfr.art.98º nº1 alínea c)), matéria que já importantes distorções provocou em vários Tribunais, basta lembrar o sério conflito que aconteceu no Tribunal de Comarca de Leiria, ocorrido não há muitos anos, o qual teve na sua origem atropelos de indisciplina graves, com desrespeito pelas regras da hierarquia.

Com este regime, definitivamente, os juízes deixam de presidir aos Tribunais. O Governo pretendeu criar um titular da presidência paralelo ao juiz presidente, com competências próprias, a quem a Direcção Geral da Administração da Justiça e o Instituto podem delegar poderes. Mas o Governo, como órgão de soberania, ou a Assembleia da República enquanto tal, não abdicam obviamente da direcção dos espaços nos seus

edifícios.

O **Conselho do Tribunal** é igualmente uma forma abusiva de suspeição que se cria nos Tribunais. Seria interessante criar um conselho do género com uma composição diversificada no seio de cada ministério, em cada comissão da Assembleia da República e na Presidência da República.

Competências do juiz presidente.

A filosofia presente e dominante nas competências legais do juiz presidente, é quase exclusivamente orientada por uma visão de economia de mercado, com promoção de objectivos de eficácia, e de concorrência entre juízes, fins a serem prosseguidos pelo gestor (presidente do Tribunal), munido de funções de vigilância, de controlo, com possibilidade de intervenção directa na jurisdição dos juízes colocados na comarca, marcando o passo para uma cruzada empresarial. Mas este regime jurídico, embate directamente no muro de imposições constitucionais que protegem a independência dos Tribunais.

Em particular, estão em causa os poderes de gestão do juiz presidente previstos no nº4 do art.88º da Lei nº52/2008, onde é curioso notar que nem o Conselho Superior da Magistratura, no art.149º do Estatuto dos Magistrados Judiciais, detém semelhantes competências, como nunca poderia deter, sob pena de manifesta inconstitucionalidade.

Em crise estão as alíneas a) e b) do nº4 do art.88º, quando atribuem ao juiz presidente o **poder de implementar métodos de trabalho e objectivos mensuráveis para cada unidade orgânica**; bem como **acompanhar a qualidade do serviço de justiça prestado aos cidadãos**; mas também a alínea d) do mesmo preceito, adiante referida.

Esta **ideologia capitalista de economia de mercado**, assume a **eficácia e o lucro** como regra máxima, mas essa corrente de pensamento faliu com exuberância, como os actuais tempos comprovam.

O fracasso desse sistema capitalista nos mercados financeiros, **curiosamente**, teve como causa principal a ausência de regras, do Direito, e de intervenção de Tribunais que disciplinassem esse liberalismo capitalista, cuja cegueira pelo lucro violou todas as normas de correcta gestão e de prudência no risco.

As oligarquias partidárias que dominam os conselhos de administração dos bancos dos países desenvolvidos nunca quiseram a intromissão da Justiça, dos Tribunais, do Direito, pois contrariava a **eficácia** desejada do lucro.

Quem desenhou este tipo de competências, deslumbrado pela sociologia e pelas regras de gestão de empresas, ignora em absoluto o que é administrar justiça; a forma e o tempo dos actos processuais, as exigências de fundamentação; a colocação da doutrina e da jurisprudência, como teses de orientação nos critérios de justiça. E face à extrema complexidade das matérias tocadas nas referidas alíneas, não pode perder-se de vista que as garantias constitucionais não são etéreas,

volúveis, ou simples na sua concepção. O legislador publicou a Lei nº25/2008 com o mais completo descaso e ligeireza, movido pela aplicação de modelos de gestão empresarial aos tribunais, como se despachar processos, elaborar despachos saneadores, ou realizar julgamentos, fosse o mesmo que promover a venda de produtos, criar novas formas de facturação, ou angariar novos clientes. E todos sabemos que o mundo empresarial, longe de ser um universo ideal, frequentemente é diminuído por empresas insolventes.

O juiz presidente não pode dar orientações ou ordens a um juiz, seja no modo como despacha processos, seja por qualquer outra razão.

Pretende-se uma análise comparativa de dados entre juízes, que publicite a produtividade de cada juízo, o que numa óptica empresarial visa incentivar uma maior produtividade (leia-se maior número de baixas estatísticas).

Mas é consabido que pressas e competições disparatadas entre juízes, nada têm que ver com a Justiça. São más conselheiras, inimigas das boas decisões judiciais, as quais sempre tributam muito tempo de análise da jurisprudência e doutrina, recursos que ao serem dispensados, secam as decisões de importantes critérios, amputando a Justiça portuguesa do seu melhor.

Com a orientação própria de um chefe de repartição de finanças, ao juiz presidente é conferida a competência **de promover a aplicação de medidas de simplificação e agilização processuais** (cfr.art.88º nº4 alínea d) da Lei nº52/2008). Se a lei processual, confere poderes de gestão ao juiz no processo civil (o que se alcança em diversos regimes jurídicos, seja no regime processual experimental, seja na opção pela dispensa, ou não, da audiência preliminar, entre outros poderes de gestão que se inserem no núcleo jurisdicional da administração da Justiça, cfr.arts.265º e 265º-A do CPC), torna-se óbvio que será o juiz respectivo que caberá a gestão do seu Juízo. O juiz presidente não pode gerir, ou dar orientações de gestão num juízo.

A única forma dessas alíneas, claramente inconstitucionais, revestirem algum valor jurídico, será sob luz de uma forte interpretação restritiva, apenas delas se colhendo objectivos partilhados por todos os juízes da comarca num trabalho conjunto com apelo à alínea d) do nº1 do art.88º, dado que o juiz presidente não tem, nem pode ter, funções de direcção junto de outro juiz.

Parece que esse único caminho, é precisamente o que tem sido seguido nas comarcas piloto, num esforço para que o novo sistema funcione. Os ganhos de gestão parecem ser episódicos.

Mas também se prevê que o juiz presidente **pode propor medidas quanto à reafectação do juiz em certo Juízo da Comarca** (cfr.art.88º nº4 alínea f) da Lei nº52/2008). O absurdo desta norma ofende directamente o princípio da inamovibilidade do juiz, corolário da Independência dos Tribunais (e não vale pena sustentar o sofisma de que Juízo não é Tribunal, ou qualquer outra infantilidade do género). Nestas matérias, onde as

garantias constitucionais são muito sensíveis, os juízes têm o mesmo tratamento que os funcionários, vide alíneas f) e g) do nº4 do art.88, excepto no grau de concretização, num caso o juiz presidente propõe, noutro executa.

Manifestações Compulsivas da Nova Lei quanto à Gestão dos Serviços do Tribunal, com Pésimos Resultados.

Artigo 15º da Lei nº52/2008

O governo cumprindo um objectivo economicista muito presente na estrutura orgânica que emerge desta lei, quis poupar, centralizando serviços, e quase encerrando vários Tribunais nas novas comarcas, em prejuízo claro das populações, que assim têm de empreender deslocações mais penosas. Mas para amenizar essa solução, nos termos do art.15º alínea b) da Lei nº52/2008 carrega os juízes com o ónus de se deslocarem aos Juízos geograficamente distantes, a requerimento de ambas as partes de um processo, aí realizando certo julgamento. Um diploma que à partida parecia ter preocupações de gestão, comete precisamente, nesse campo da gestão, uma infracção imperdoável, dado que essa medida evidencia uma péssima economia de meios. O juiz que se desloque a certo Juízo que integre a área de competência territorial da comarca onde corre o processo, para realizar um julgamento e as suas sessões, por regra, perde um dia inteiro com esse único acto processual. Ao invés, caso realize no seu Tribunal o referido julgamento, nesse mesmo dia, poderia ter realizado mais julgamentos, e despachado várias dezenas de processos que lhe são diariamente conclusos.

Em bom rigor, sempre que exista requerimento de ambas as partes, está verificada a excepção prevista na parte final da alínea b) do art.15º, e por aqui, se vê, como é insana tal regra.

Artigo 30º nº2 da Lei nº52/2008

Durante vários anos, alguns advogados, incluindo o Bastonário Miguel Júdice, defenderam a solução que agora vem prevista no art.30º nº2, em que as partes podem afastar as regras da distribuição de processos, escolhendo de entre vários juízos, certo juiz, ou juízo, por gostarem do trabalho do mesmo. Mais uma vez se percebe um vislumbre serôdio da lógica de mercado, em que a **procura** se dirige ao juiz que tem melhor **oferta** de Justiça.

Esta medida, mostra-se conceptualmente aberrante, e sobretudo de uma irracionalidade também imperdoável. É que, se os advogados gostam das sentenças de um certo senhor juiz, e a este todos acorrem, em matéria de jurisdição cível, de comércio ou de trabalho, a consequência desta perseguição feroz, afundará esse senhor juiz por um excesso de procura, deixando o mesmo de ser bom juiz (e nem se diga que não é assim, porque o mesmo pode ser compensado pela distribuição, basta que a questão jurídica seja uma matéria específica e complexa para que o desequilíbrio esteja instalado na igualdade na distribuição do serviço com os outros juízos).

Por outro lado, se o que funda a escolha de certo Juízo, é o juiz que esteja colocado nesse Juízo, se este for movimentado, os processos continuam a correr termos no Juízo onde foi originariamente distribuído, assim se esvaindo o fundamento originário da competência.

O legislador quis usar de gestão, e de uma apregoada lucidez que até impressionaria o defensor mais progressista dos tribunais vistos como meras empresas ou indústrias de produção de decisões finais, porém, na prática, o legislador apenas concretizou soluções que, no conjunto, são péssimas e nefastas, mas bem enquadradas na ambiência histórica inicialmente assinalada.

Sócrates não sabe, e muito menos o anterior ministro Alberto Costa, que, desde há milénios, se debate a questão da independência dos juízes como tema central da Justiça e do sucesso das sociedades. Sempre que nas sociedades humanas a independência dos tribunais foi esmagada pela vontade concentracionária do príncipe ou do poder político, a Justiça deu lugar ao favorecimento dos mais poderosos e das gentes dos partidos, assim se prejudicando quem tem valor, quem produz riqueza, obstando-se à justa distribuição desta.

Sem Justiça não há progresso, apenas restam os critérios partidários e o poderio dos fortes, todos estes incapazes para levantar moral e materialmente um país.

INICIO DE ARTIGOS ANTERIORES

artigo

A nova acção de impugnação judicial da regularidade e licitude do despedimento.

Tomei recentemente conhecimento das alterações introduzidas no Código de Processo Trabalho (CPT) pelo DL. 295/2009, de 13/10, entradas em vigor no passado dia 01 de Janeiro de 2010, tendo dado especial relevância à que é agora denominada “acção de impugnação judicial da regularidade e licitude do despedimento”. Apesar de se tratar de matéria social e economicamente sensível, nem sempre se surpreende no respectivo preâmbulo a justificação para as suas alterações mais relevantes, destacando-se, pelo insólito da previsão, diríamos nós, o que agora se estabelece no novíssimo artigo 98º N do Código de Processo Trabalho.

Tal normativo dispõe que na referida acção de impugnação - que tem sempre carácter urgente, nos termos do artigo 26º, nº1, alínea a), do CPT - o tribunal determina, na decisão de 1ª instância que declare a ilicitude do despedimento, que o pagamento das retribuições devidas ao trabalhador após o decurso de 12 meses desde a apresentação do formulário que dá início à acção até à notificação da decisão da 1ª instância seja efectuado pela entidade competente da área da segurança social.

Quer isto dizer claramente que o legislador (essa entidade tantas vezes sem rosto conhecido) assume como dever do Estado o pagamento das retribuições devidas ao trabalhador, em caso de despedimento considerado ilícito, em determinado período, que definiu, em substituição da entidade patronal que as pagaria se não existisse tal previsão.

Assim, entendeu o poder legislativo que o prazo de 12 meses (que definiu expressamente não correr em férias judiciais, no período de mediação, tentativa de conciliação, aperfeiçoamento dos articulados, ou de suspensão da instância nos termos do artigo 276º do C. P. Civil), seria razoável, ou pelo menos suficiente, para a tramitação da referida acção de impugnação de despedimento em 1ª instância.

Cumpre desde logo perguntar porquê apenas em 1ª instância.

Se o que está em causa - e tal intenção parece evidente - é não sobrecarregar a entidade patronal (que, note-se, o Tribunal entendeu ter despedido ilicitamente o

trabalhador) com o pagamento de retribuições para além do prazo que o legislador entendeu razoável / suficiente para o efeito, então, pela mesma razão, haveria que ter sido fixado um prazo para transferir para o Estado o pagamento das mesmas retribuições em caso de ser excedido o prazo que fosse definido para tramitação dos autos em 2ª instância.

Por outro lado, não se sabe quem definiu, e porquê, como prazo razoável / suficiente os já referidos 12 meses. Terá efectivamente sido realizado algum estudo, e se sim, em que condições, que tenha concluído que, com a actual pendência dos Tribunais de Trabalho, é razoável esperar a conclusão da acção em 1ª instância decorridos que sejam 12 meses?

O Livro Branco sobre as Relações Laborais, citado no preâmbulo do diploma como fundamentador de algumas das soluções adoptadas, mostrava, nesta matéria, evidente preocupação com a demora dos processos judiciais de declaração ilícita do despedimento (e que não se resolvem com a criação de limites temporais para que seja proferida decisão), pelos custos que representavam para as entidades patronais, em ambas as instâncias (e não apenas na 1ª instância), não referindo contudo qualquer prazo razoável para a conclusão do processo judicial.

Note-se que nesta matéria a sugestão implícita (com inspiração na lei processual espanhola) era apenas de que o Estado assumisse parte da sua responsabilidade na demora do processo judicial nas situações em que o Tribunal havia considerado que havia comportamento ilícito do trabalhador, mas em que não se justificaria a sanção da cessação do contrato de trabalho (ou seja, de excesso da entidade patronal perante um comportamento censurável do trabalhador), e não em todas aquelas em que, como resulta da nova lei, o despedimento seja considerado ilícito (que abrange as referidas e aquelas em que nenhum comportamento irregular pode ser assacado ao trabalhador).

Em particular nesta última situação, torna-se muito difícil perceber a razão de ser da transferência da responsabilidade no pagamento das retribuições devidas ao trabalhador da entidade patronal para o Estado, ou seja, dos bolsos de quem ilicitamente

Paula Ribas
(Juíza de Direito)



despediu um trabalhador sem qualquer fundamento para os bolsos do comum dos cidadãos (pois que somos todos nós as fontes das receitas do Estado).

E, nesta senda, uma outra questão surge evidente.

Os novos processos entrados em juízo após 01 de Janeiro de 2010 e que visem a apreciação da legalidade do despedimento do trabalhador terão todos carácter urgente e colocar-se-á sempre na sua tramitação a questão de não deixar decorrer o já referido prazo de 12 meses (ressalvado o período em que a instância estará suspensa), sob pena de se onerar o Estado com o pagamento das retribuições devidas ao trabalhador. Imporão estas novas regras, aplicáveis apenas aos processos novos (artigo 6º do DL. 295/99, de 13/10), a sua preferência relativamente a processos entrados em juízo em data anterior a 01 de Janeiro de 2010, nos quais, cumpre não esquecer, se discutem exactamente as mesmas questões e estão, necessariamente, pendentes em juízo há mais tempo?

Parece-nos claramente que a resposta a esta pergunta tem de ser negativa (até por imperativos éticos), mas impõe-se que tal seja afirmado inequivocamente, antes de, em casos concretos, se chegar à situação de ser determinado ao Estado que proceda ao pagamento das retribuições devidas aos trabalhadores e venham a ser pedidas explicações a quem, em 1ª instância, teve de decidir se realizava primeiro a audiência de julgamento relativa à impugnação judicial do despedimento no âmbito de um processo novo e urgente, ou de um processo velho e pendente há longos anos.

Não exercendo funções na jurisdição laboral, entendo que a visão política que ficou expressa na Lei 67/2007, de 31/12 (Regime de Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e demais Entidades Públicas) faz recear que, no futuro, muito se venha a falar na responsabilidade / culpa grave de quem terá dado causa a que o Estado fosse forçado a assumir as obrigações legais que a si próprio impôs, com os custos económicos inerentes a uma opção legislativa que parece, no mínimo, imponderada.

artigo

Regulamento das Custas Processuais.

Correspondendo ao honroso convite que me endereçou o Movimento Justiça & Democracia para tecer algumas considerações sobre a aplicação do Regulamento das Custas Processuais, e da Portaria nº 419-A/2009, de 17 de Abril, na perspectiva do Juiz de Direito, apresenta-se o texto que se segue.

Necessariamente curto, representa ele a nossa visão pessoal sobre algumas das matérias constantes daqueles dois diplomas, e tem como único propósito contribuir, ainda que modestamente, para a reflexão sobre a problemática da sua aplicação, passados que estão cerca de dois meses sobre a data da sua entrada em vigor.

O preâmbulo do Dec.Lei nº 34/2008, de 26 de Fevereiro, que aprovou o RCP define como objectivo central o da simplificação, procurando-se concentrar no novo RCP todas as regras quantitativas e de procedimento sobre custas em dívida em qualquer processo, independentemente da natureza judicial, administrativa ou fiscal

Âmbito de aplicação

Com excepção do Tribunal Constitucional, e dos Julgados Paz, o RCP aplica-se em todos os Tribunais, e constitui norma inovadora face ao CCJ (artº 2º do RCP - Declaração de Rectificação nº 22/2008, de 24 de Abril -, e artº 1º da Lei nº 43/2008, de 27 de Agosto.)

Autonomia de Tributação – artº 1º, nº 2 do RCP

De forma clara, o que não acontecia com o CCJ, cria-se agora o conceito de processo autónomo, corra ou não por apenso, sujeito a tributação própria, nos termos do RCP, e que se encontram elencados no disposto no artº 1º, nº 2 do Regulamento.

CUSTAS

Conceito

Ao contrário do que acontecia com o regime anterior, (nº 2 do artº 1º do CCJ), as custas de parte integram agora o conceito de custas processuais (artºs 3º, nº 1 do RCP e

447º, nº 1 do CPC) .

Conta

Passa a efectuar-se de modo contínuo ao longo do processo (artºs 29, nº 1 do Regulamento e 2º da Portaria nº 419-A/2009).

Poderá ser provisória ou definitiva (artº 4º, nº 1 da Portaria nº 419-A/2009)

Após a deserção da instância, poderão as partes solicitar a elaboração da conta definitiva (artº 5º, nº 2 da mesma Portaria), obviamente nos casos em que houve lugar a conta provisória, e despachos nos termos dos artºs 285º e 291º, ambos do CPC.

Os prazos e a forma de pagamento mantêm-se como no regime anterior (artºs 28º, nºs 1, 2 e 3 e 21º, ambos da mesma Portaria)

A novidade é a intervenção do secretário de justiça, ou de quem o substitua, na reforma da conta, quando se trate de erros materiais existentes, bem o depósito de 50% do valor das custas em dívida, quando o responsável pelo pagamento reclame da conta. (artº 31º, nºs 3 e 4, do Regulamento).

Novidade é também o facto do responsável por custas que se encontre em cumprimento de pena ou medida privativa da liberdade poder requerer ao Tribunal que seja levantada a quantia necessária para o efeito das conta que tenha constituído nos serviços prisionais, com exclusão do fundo de apoio à reinserção social, e ainda para o facto de, se não as pagar e não tiver requerido ao Tribunal aquele levantamento, o Juiz colher junto dos serviços prisionais informação sobre as importâncias de que o recluso seja titular e possam ser afectadas ao pagamento das custas, e ordenar a penhora respectiva (artº 32º, nºs 6 e 7 do Regulamento – aplicável a todos os processos pendentes)

Isenções - artº 4º do RCP e Declaração de Rectificação 22/2008, de 24/04 e artº 1º da Lei nº 43/2008, de 27/08

Na presente norma, e como afirmado no preâmbulo do Dec.Lei nº 34/2008, de 26/02, passam a estar unificadas todas as isenções, tendo-se procedido a uma drástica redução, embora o artº 522º do CPP ainda refira a isenção do Ministério Público.

José António Carreira
(Escrivão de Direito)



No regime anterior, as isenções encontravam-se previstas nos artºs 2º, 3º, 75º e 76º(subjectivas e objectivas) e ainda no artº 73º-C (no que diz respeito às Custas Administrativas e Tributárias), todos do CCJ .

Existiam ainda inúmeras isenções previstas em diplomas avulsos, que foram agora todas revogadas, conforme o disposto no artº 25º, nº 1 do citado Dec.Lei.

Alerta-se para o facto do ponto 7 da Declaração de Rectificação nº 22/2008, de 24/04 ter eliminado a al. e) do nº 2 desta norma e o disposto no artº 1º da Lei nº 43/2008, de 27/08 a ter mantido.

Taxa de Justiça

Actos avulsos

O artigo 9º do RCP, que se aplica a todos os processos pendentes (artº 27º, nº 3 do Dec.Lei 34/2008, de 26/02 , na redacção dada pelo artº 156º da Lei nº 64-A/2008, de 31/12) apresenta algumas novidades em relação ao regime anterior, previsto nos artºs 105º a 110º do CCJ, a saber:

a) - não restam agora dúvidas que a certidão negativa elaborada por oficial de justiça em acto de citação, notificação por contacto pessoal, afixação de editais ou outra diligência avulsa, não é tributada.

b) - ao contrário do regime anterior (artº 106º do CCJ) as cópias extraídas dos processos que não sejam de natureza penal, a que as partes, pessoa capaz de exercer mandato judicial ou por quem nisso revele interesse atendível, têm direito por força do disposto no artº 167º do CPC, passam, a partir de 20-04-2009, e em todos os processos, a serem pagas.

c) - a confiança de quaisquer processos não penais, deixou de ser paga.

Agravada

O disposto no nº 5 do artº 6º do Regulamento constitui uma novidade. O conceito de especial complexidade encontra-se definido no disposto no nº 7 do artº 447º-A do CPC, cabendo ao Juiz de Direito a verificação daqueles pressupostos. Os montantes estabelecidos na Tabela I-C representam, nos pontos 1 a 16 inclusive, um agravamen

to de 50% na taxa de justiça.
O disposto no artºs 13º, nºs 3 e 4 do Regulamento e 447º-A, nº 6 do C.P.C. constitui também uma novidade, e visam, tal como se afirma no preâmbulo do Dec.Lei 34/2008, de 26/02 “penalizar o recurso desnecessário e injustificado aos tribunais e a litigância em massa “.
Assim, para aqueles que o DUC classifica como “Grandes Litigantes”, ou seja, sociedades comerciais que tenham dado entrada em qualquer tribunal, no ano anterior, a 200 ou mais acções, procedimentos ou execuções, aplica-se a Tabela I-C, o mesmo é dizer, agrava-se em 50% a taxa de justiça.
Esta penalização não é aplicável aos pedidos civis que aqueles litigantes deduzam em processo penal (artº 14º, nº 2 da Portaria nº 419-A/21009, de 17 de Abril).
A primeira contabilização inicia-se em 20/04/2009, data de entrada em vigor do Regulamento, terminará em 31/12/2009, e terá reflexos a partir de 01 de Janeiro de 2010 (norma transitória prevista no artº 47º da Portaria nº 419-A/2009, de 17 de Abril).
No de caso de propositura de acção, procedimento ou execução por parte de sociedade comercial deverá a secretária pesquisar no sistema informático se o agravamento é aplicável, e notificar a sociedade para pagar o remanescente da taxa de justiça (se não tiver sido pago), sob pena de não se considerar paga a taxa de justiça, ficando a sociedade, na sequência da notificação, obrigada durante o ano civil correspondente, à autoliquidação da taxa de justiça agravada (artºs 13º, nº 5 do Regulamento e 14º, nº 3 da Portaria nº 419-A/2009, de 17/04)
Consequência da falta de pagamento
Nos processos a que o Regulamento se aplicará, os iniciados a partir de 20 de Abril de 2009, há agora que ter em conta a nova redacção nº 2 do artº 150º-A do CPC, que estabelece que a junção do documento comprovativo do pagamento da taxa de justiça de valor inferior ao devido, equivale á falta de junção, devendo ser devolvido ao apresentante.
A inclusão do artº 512º-B do CPC no nº 3 deste artigo parece não fazer qualquer sentido, uma vez que se encontra revogado, (artº 25º, nº 2 al. b) do Dec.Lei nº 34/2008, de 26/02), para os processos acima referidos, já que a taxa de justiça subsequente desaparece com o Regulamento (artº 13º, nº 2).
Dispõe o 6 deste mesmo artigo que sempre que a parte praticar directamente o acto, por não ser obrigatória a constituição de mandatário, será notificada para proceder à junção do documento comprovativo do pagamento ou da concessão de apoio judiciário, sob pena de ficar sujeita ás cominações legais respectivas, e a citação só será efectuada após junção aos autos desse documento, o que constitui uma inovação, face ao regime anterior.
Conversão em pagamento antecipado de encargos

O disposto no artº 22º do RCP, apesar de constituir algo de novo, vem de alguma forma substituir o disposto no artº 14º do CCJ.
Tal como a anterior, esta nova norma prevê reduções na taxa de justiça final que as partes deverão pagar, só que fá-lo, “transferindo” para o pagamento antecipado de encargos, a totalidade ou metade da taxa de justiça previamente paga pelas partes aquando do seu impulso processual.
Nos casos referidos no seu 2, a conversão em 100% significa que, se a parte vencedora não tiver que pagar encargos, penalidades e custas de parte, é-lhe devolvida a totalidade da taxa de justiça que pagou, ou seja, não paga nada.
À redução/conversão aludida no seu nº 3 poderá ser ainda adicionada outras reduções, como sejam as constantes dos nºs 4 e 5.
Expropriação
No processo de expropriação, só é devida taxa de justiça com a interposição de recursos, e é paga sempre e apenas pelo recorrente.
No regime anterior, previa-se a isenção subjectiva de custas na fase arbitral, e apenas o pagamento dos encargos respectivos (artº 3º, nºs 1 al. d), 3 e 4 do CCJ).
Com a Portaria nº 419-A/2009, de 17 de Abril, que no seu artº 12º regula esta matéria, o recorrente da decisão arbitral ou do recurso subordinado pagará taxa de justiça de acordo com a Tabela I-A.
Nos recursos para os tribunais superiores, aplicar-se-á o disposto no artº 7º, nº 2 do Regulamento, ou seja a Tabela I-B, e será imputada, a final, ao recorrido que tenha contra-alegado, quando este tenha ficado total ou parcialmente vencido, na proporção respectiva.
Incidentes
Em Processos não criminais
O nº 2 do artº 1º do Regulamento dispõe que se considera como processo autónomo, os incidentes que, corram ou não por apenso, possam dar origem a uma tributação própria.
O nº 2 do artº 27º do Dec.Lei 34/2008, de 26/02, na redacção dada pelo artº 156º da Lei nº 64-A/2008, de 31/12, determina que o Regulamento se aplicará aos incidentes e apensos iniciados depois de findos os processos principais e aos casos de renovação da instância que ocorram a partir de 20/04/2009.
No regime anterior, o artº 16º do CCJ tributava alguns incidentes nominados e as ocorrências estranhas ao desenvolvimento normal da lide, que deversem ser tributadas em custas.
Outros, encontravam-se tributados segundo as normas do artº 14º do CCJ.
Da leitura do Regulamento parece resultar que:
---Com excepção dos processos criminais, todos os incidentes nominados, em

quaisquer processos, e em quaisquer tribunais, que, não cabendo na normal tramitação do processo, possam ter sede em articulado ou requerimento autónomo, dêem origem à audição da parte contrária e imponham uma apreciação jurisdicional de mérito, passam a designar-se como procedimentos e incidentes anómalos (artº 7º, nº 6 do Regulamento).
Todos eles estarão sujeitos ao pagamento de taxa de justiça, aquando do impulso processual, pelo valor constante da Tabela II, uns pelo valor exacto (intervenção provocada principal ou acessória de terceiros e oposição provocada, verificação do valor da causa e produção antecipada de prova), e os outros, os inominados na referida Tabela II, pelo valor mínimo (artº 6º, nº 6 do Regulamento), devendo a parte pagar o excedente, se o houver a final.
Aos incidentes e procedimentos anómalos, inominados na Tabela II, que revistam especial complexidade (nº 7 do artº 447º-A, do CPC), o juiz pode determinar, a final, o pagamento de um valor superior, dentro dos limites estabelecidos na Tabela II - até 3 UC)- (artº 7º, nº 5 do Regulamento)
---Se o interveniente principal e/ou o acessório oferecer articulado próprio, a taxa devida determina-se pela Tabela I-A (artº 6º, nº 1 do Regulamento)
Ao contrário, se fizer seus os articulados da parte a que se associa, a taxa devida determina-se pela Tabela I-B (artº 13º, nº 6 do Regulamento).
---Às partes coligadas, e aos assistentes em processo civil, administrativo e tributário, a taxa devida determina-se também pela tabela I-B
---As “ ocorrências estranhas ao desenvolvimento normal da lide “, e/ou, os actos e incidentes supérfluos aludidos no nº 2 do artº 448º do CPC, apresentados pelas partes, por intervenientes acidentais, ou por qualquer outra pessoa com interesse, ou não, na causa, anteriormente tributados pelo artº 16º do CCJ, poderão ser agora tributados, se assim for entendido, entre 1 UC a 3 UC (“na rubrica” Incidentes/procedimentos anómalos “, da Tabela II).
Este montante, 1 UC a 3 UC é, por coincidência, ou talvez não, o mesmo que está mencionado na nova redacção do artº 521º, CPP, aprovada também pelo Dec.Lei 34/2008, de 26/02, que no seu nº 2 prevê e pune com taxa, condutas censuráveis de pessoa que não seja sujeito processual.
Dir-se-á ainda que, no que diz respeito às partes, se o comportamento que se pretende penalizar tributariamente se enquadrar nas circunstâncias previstas no artº 447º-B do CPC, poderá ser aplicada a taxa sancionatória excepcional.
Em processos criminais
O nº 2 do artº 1º do Regulamento dispõe que se considera como processo autónomo, os incidentes que, corram ou não por apenso, possam dar origem a uma tributação própria.
Nos processos criminais, a tributação dos incidentes nominados, inominados, bem como as ocorrências estranhas ao desen

volvimento normal do processo, que deversem ser tributadas, encontrava-se prevista, no regime anterior, no artº 84º do CCJ.
O disposto no artº 8º, nº 5 do Regulamento remete para a Tabela III os restantes casos não previstos nos seus nºs 1 a 4.
Mas, consultada a Tabela III, as únicas referências que existem, que para esta matéria possam relevar, são Reclamações e pedidos de rectificação.
Assim sendo, todas as reclamações e pedidos de rectificação passarão a ser tributados de 1 UC a 3 UC.
É certo que, no que diz respeito ao habeas corpus, há que ter em consideração o disposto nos artºs 221º, nº 4 e e 223º, nº 6, ambos do CPP, apresentado por pessoa ou pessoas que não seja o arguido, já que este se encontra isento (artº 4º, nº 1 al. j) do Regulamento).
Também é certo que às ocorrências estranhas ao desenvolvimento do processo poderá ser aplicada, ao arguido e ao assistente, a taxa sancionatória excepcional (artº 521º, nº 1 do CPP), se estiverem verificadas as circunstâncias previstas no artº 447º-B do CPC.
E para os actos praticados por pessoa que não seja sujeito processual penal que se enquadrem na previsão do disposto no nº 2 do artº 521º do CPP, poderão ser tributados numa taxa fixada entre 1 UC a 3 UC.
Mas quanto às restantes questões incidentais, previstas no CPP, não nos parece que esteja prevista qualquer tributação, visto que o artº 8º, e a Tabela III do Regulamento não prevêem a aplicação subsidiária do seu artº 7º, nºs 3, 5 e 6 e Tabela II.
Injunção e Acção Proveniente de Injunção
A taxa de justiça devida pela apresentação do requerimento de injunção, e apresentação da oposição, encontra-se agora fixada na Tabela II.. O requerente do procedimento de injunção, representado por advogado ou solicitador, beneficia de uma redução de 50% na taxa de justiça ao entregar o seu requerimento por via electrónica (artº 6º, nº 4 do Regulamento).
A lei não prevê igual benefício para o requerido que esteja nas mesmas condições.
Se o procedimento seguir como acção, autor e réu deverão pagar taxa de justiça (Tabela I-A), descontando-se no caso do autor o valor pago no procedimento de injunção (artºs 7º, nº 4 do Regulamento).
A aplicação desta norma do regulamento pode gerar alguma confusão, por coloca, ou poderá colocar, em posição de desigualdade autor e réu. É verdade que o disposto no nº 3 do artº 7º do Regulamento apenas refere a taxa de justiça devida pela apresentação do requerimento de injunção, e refere a Tabela II para a sua determinação.
Mas é essa mesma Tabela II que prevê a tributação da oposição à injunção, com os mesmos valores. Se o procedimento de injunção for distribuído como acção, por frustração da notificação do requerido, a questão

Menores (Jurisdição de)
O artº 11º da Portaria nº 419-A/2009, de 17/04 prevê agora o pagamento de taxa de justiça pelo impulso processual dos processos de jurisdição de menores, com excepção dos constantes na al. f) do nº 2 do artº 4º do Regulamento (aditada pelo disposto no artº 1º da Lei nº 42/2008, de 27/08).
E estabelece que essa taxa corresponde a 10% da devida (Tabela I-A, visto tratar-se de processo especial – artº 7º, nº 1 do regulamento -), sendo o remanescente computado a final.
Constitui esta norma uma novidade, já que no regime anterior os processos de jurisdição de menores estavam isentos de custas, se estas deversem ficar a seu cargo (artº 3º, nº 1 al. b) do CCJ). Para os outros, os susceptíveis de se enquadrarem no disposto na al. a) do nº 1 do artº 14º do CCJ, existia dispensa do pagamento de taxa de justiça inicial, salvo nos recursos (artº 29º, nº 3 al. c) do CCJ).
Oportunidade e forma de pagamento
Regra geral, a taxa de justiça é paga até ao momento da prática do acto processual a ela sujeito (artº 14º, nº 1 do Regulamento), integralmente e de uma só vez (artº 13º, nº 2 do Regulamento), salvo os casos de pagamento faseado constante da legislação referente ao apoio judiciário, bem como, nos casos constantes da disposição transitória prevista no artº 44º, nºs 2 a 6 da Portaria nº 419-A/2009 (pagamento em duas prestações de valor igual).
Há que ter ainda em consideração se o acto for praticado directamente pela parte, nos casos legal admissíveis, o pagamento só é devido após notificação para o efeito.
É paga através dos meios electrónicos disponíveis (por DUC), e se estes não estiverem disponíveis, por cheque ou numerário (artºs 17, nºs 1 e 3, e 18º, nº 1 da Portaria 419-A/2009)
Processo Penal e Contra - Ordenacional
O RCP e, em certa medida a Portaria nº 419-A/2009, de 17/04, apresenta-nos algumas novidades no que se refere à taxa de justiça.
Abordagem geral

-desaparece, com o Regulamento, o conceito de taxa de justiça normal (anteriormente previsto no artº 82º nº 2 do CCJ)
Assim sendo, e continuando a ser variáveis todas as taxas de justiça constantes da Tabela III, o Juiz deverá agora, na sua decisão final, especificar expressamente qual a taxa de justiça aplicável, sob pena da Secretaria ficar impedida de efectuar o apuramento das custas.
-A sanção pela prática extemporânea dos actos (anteriormente prevista no artº 81º-A do CCJ), encontra-se agora prevista no artº 107º-A, aditado ao CPP, e sob a forma de multa (artº 25º, nºs 2 e 3 da Portaria nº 419-A/2009, de 17/04)
-A taxa de justiça e/ou custas no pedido de indemnização civil, (cujas normas estavam previstas no artº 88º do CCJ) está agora prevista no artº 523º do CPP.
No pagamento dessa taxa de justiça, devida pelo impulso processual, aplica-se o disposto no artº 6º, nº 1 do Regulamento.
O demandante e o arguido demandado estão isentos de custas quando o respectivo valor seja inferior a 20 UC (artº 4º, nº 1 al. m) do Regulamento)
-O artº 100º do CCJ previa a possibilidade do arguido, no momento da sua detenção, pagar a multa relativa à pena de prisão subsidiária, à entidade policial, com vista à sua imediata libertação.
No Regulamento e na Portaria nº 419-A/2009, de 17/04 não existe norma igual ou análoga.
O pagamento de multas é agora efectuado ou por autoliquidação (para os casos previstos nos nºs 5 do artº 145º do CPC e artº 107º-A do CPP, se o apresentante estiver representado por mandatário – artº 25º, nºs 1 e 2 da Portaria nº 419-A/2009) e nos restantes casos através de guia/duc – nº 3 deste mesmo artigo e artº 21 da mesma Portaria -.
O DUC, que não estando incorporado na guia, poderá ser obtido nos tribunais e nas conservatórias, por solicitação de qualquer pessoa (artº 20º da mesma Portaria) .
Se o arguido for detido em hora ou dia em que os tribunais e conservatórias estiverem encerrados, poderão colocar-se questões delicadas no que respeita aos seus direitos, liberdades e garantias.
Processos criminais
Assistente
-deixará de efectuar pagamento prévio pela interposição de quaisquer recursos (previsto no regime anterior no nº 1 do artº 86º do CCJ), já que, apesar de não se encontrar abrangido pelo disposto no artº 15º do Regulamento, não está agora previsto esse pagamento, sendo a taxa devida fixada a final nos termos da Tabela III.
-Prevê a nova redacção do nº 2 do artº 376º do CPP, que em caso de absolvição do arguido, o assistente será condenado em custas, nos termos previstos no Regulamento. A Tabela III refere-se apenas ao seu artº 8º, nºs 4 e 5.
Daqui se infere que as custas que o as

sistente suportará no caso descrito, estarão previstas no nº 1 do artº 8º do Regulamento (até 10 UC), visto que a Tabela não contempla esta condenação.

O mesmo acontecerá se o arguido não for pronunciado.

E ainda nestes casos, como noutros, a taxa devida pela constituição de assistente, prevista no citado nº 1 do artº 8º, já não poderá ser levada em consideração na condenação, visto que a nova redacção do nº 1 do artº 519º do CPP deixou de o prever.

No Regulamento não está prevista qualquer sanção pela omissão do pagamento da taxa de justiça devida pela constituição de assistente, e requerimento de abertura de instrução (prevista no regime anterior no nº 2 do artº 80º do CCJ), bem como não existe qualquer norma que preveja a aplicação subsidiária do CPC.

Assim, caberá ao Juiz de Instrução Criminal a decisão sobre o procedimento a adoptar, rejeitando, nos termos das disposições conjugadas dos artºs 150º-A, nº 2, 467º, nº 3 e 474º, al. f), todos do CPC, aceitando, sem o pagamento, ou qualquer outra decisão que julgue adequada.

-Se deduzir acusação particular (artº 285º do CPP), fica agora sujeito a taxa de justiça, fixada a final pelo Juiz, nos termos da Tabela III, e aplicável a algumas das situações previstas no disposto no nº 1 do artº 515º do CPP .

-Só ficará isento do pagamento de taxa de justiça, fixada a final, na situação prevista no artº 517º do CPP (com nova redacção).

-Poderá agora ser-lhe aplicada a taxa sancionatória excepcional, nos termos do disposto no artº 521º, nº 1 do CPP, sempre que estejam verificadas as circunstâncias previstas no artº 447º-B do CPC.

Arguido
-Está agora dispensado do pagamento prévio de taxa de justiça (artº 15º al. c) do Regulamento). Assim, quando apresentar requerimento de abertura de instrução, a taxa de justiça será fixada a final, de acordo com a Tabela III. -Se estiver detido preventivamente ou em cumprimento de pena, em estabelecimento prisional, está isento de custas em quaisquer requerimentos ou oposições, nos habeas corpus e nos recursos interpostos em 1ª instância, quando a secretaria do Tribunal conclua pela insuficiência económica nos termos da lei de acesso ao direito e aos tribunais, desde que a situação de prisão ou detenção se mantenha no momento do devido pagamento (artº 4º, nº 1 al. j) do Regulamento, na redacção dada pela Declaração de Rectificação nº 22/2008, de 24/04) -Se apresentar uma contestação em processo comum ou especial, esse acto será tributado com taxa de justiça, mas, se for condenado, não pagará nova de taxa de justiça, já que a Tabela IIII apenas prevê a condenação em 1ª instância sem contestação ou oposição. Pela análise da Tabela III, parece-nos que

se o arguido apresentar contestação e for absolvido na decisão final, terá sempre que pagar a taxa de justiça relativa à contestação, fixada pelo Juiz, já que o Regulamento não prevê qualquer isenção do pagamento nessas circunstâncias.

--Poderá agora ser-lhe aplicada a taxa sancionatória excepcional, nos termos do disposto no artº 521º, nº 1 do CPP, sempre que estejam verificadas as circunstâncias previstas no artº 447º-B do CPC.

Processo contra - ordenacional
Previsto no regime anterior no artº 87º, nº 1 al. c) do CCJ, sob a designação de recurso, altera-se agora a designação para impugnação (artº 8º, nº 4 do Regulamento) Esta norma prevê a autoliquidação da taxa de justiça devida pela impugnação, quando a coima não tenha sido previamente liquidada, nos 10 dias subsequentes ao recebimento da impugnação pelo Tribunal. Mas, o disposto no artº 13º, nº 1 da Portaria nº 419-A/2009, de 17/04, que também prevê esta matéria, não põe como condição a falta de liquidação prévia da coima. E no seu nº 2 prevê que o prazo para autoliquidar a taxa de justiça devida se inicia com a notificação ao arguido da data da marcação da audiência de julgamento ou do despacho que não a considere necessária. Em ambas as normas não se prevê qualquer sanção para a omissão de pagamento daquela taxa de justiça. Caberá ao Juiz a decisão sobre o procedimento a adoptar, não só nesta situação, mas também na discrepância entre o disposto no artº 8º, nº 4 do Regulamento (aprovado por um Decreto Lei) e o disposto no artº 13º da Portaria.

Recursos
A redacção do nº 2 do artº 6º do RCP assemelha-se à do disposto na 1ª parte do nº 2 do artº 7º, e aplica-se a todos os recursos anteriormente previstos no artº 18º do CCJ. A taxa pelo impulso processual é paga apenas pelo recorrente, e determina-se pela Tabela I-B. Se se revestir de especial complexidade, o Juiz poderá determinar a aplicação da Tabela I- C (artº 6º, nº 5 do Regulamento e 447º-A, nº 7 do CPC)

Redução
O disposto no nº 3 do artº 6º do Regulamento, que só não se aplica aos casos em que o requerente do procedimento de injunção esteja representado por advogado ou solicitador, e cuja redacção resulta da alteração introduzida pelo artº 156º, nº 2 da Lei nº 64-A/2008, de 31/12, e vem sendo aplicado desde 01 de Setembro de 2008, mais não traduz que um dos incentivos ao uso, pelas partes, dos meios electrónicos aludido no preâmbulo da Portaria nº 114/2008, de 06/02. Por comparação com o regime anterior, previsto no artº 15º do CCJ, verifica-se um aumento do incentivo (de 10% para 25%)

e uma simplificação no procedimento, bastando agora enviar a primeira ou única peça processual através dos meios electrónicos disponíveis.

Se a parte enviar todas as peças electrónicas pelos meios electrónicos disponíveis, beneficiará ainda de uma redução da taxa de justiça (nº 5 do artº 22º do Regulamento).

O disposto no nº 4 desta norma aplica-se, como atrás se disse, apenas aos casos em que o requerente do procedimento de injunção está representado por advogado ou solicitador (artº 19º, nº 1 do Dec.Lei nº 269/98, de 28/08).

Regras gerais
A redacção do nº 1 do artº 6º do RCP assemelha-se à do disposto no nº 2 do artº 447º do CPC, e determina que em regra se aplica a Tabela I-A do RCP.

Taxa Sancionatória excepcional
Constitui uma inovação face aos regimes anteriores. O preâmbulo do Dec.Lei nº 34/2008, de 26/02 define-a como um mecanismo de penalização dos intervenientes processuais que, por motivos dilatórios “bloqueiam os tribunais com recursos e requerimentos manifestamente infundados”. E diz mais. Que substituirá a taxa de justiça que for devida pelo processo em causa. -As circunstâncias em pode ser aplicada constam do disposto no artº 447º-B do CPC. -Aplica-se a todos os processos pendentes (artº 27º, nº 3 do Dec.Lei 34/2008, de 26/02, na redacção dada pelo artº nº 1 do artº 156º da Lei nº 64-A/2008, de 31/12) e abrange todo o tipo de processos e em todos os tribunais, com excepção dos que corram termos no Tribunal Constitucional. -O seu montante está definido no artº 10º do Regulamento. -A forma e o prazo do seu pagamento estão previstos nos artºs 21º e 26º da Portaria nº 419-A/209, de 17/004. -Não existe sanção pela omissão do seu pagamento. Será apenas considerada como débito na conta de custas do seu responsável (artº 6º, nº 2 al. c) da Portaria nº 419-A/2009) -Não está expressamente previsto na lei o prazo de interposição de recurso da decisão que a aplique. -Como atrás dissemos, o preâmbulo do Dec.Lei nº 34/2008 refere que esta taxa substituirá a taxa de justiça que for devida pelo processo em causa. Com o devido respeito, e salvo melhor opinião, não nos parece que assim seja. Vejamos: - Esta taxa sancionatória não pode ser convertida em pagamento antecipado de encargos, porque não é paga previamente (artº 22º, nº 1 do Regulamento). E até pode não ser paga pelo responsável, quando notificado para o efeito. Pelo que, se excedesse o pagamento de encargos, não poderia ser restituída à parte

responsável (artº 29º, nº 1 da Portaria 419-A/2009).

Logo, se houvesse substituição, a parte que fosse nela condenada ficaria desde logo numa situação de desigualdade face a outra, ou outras que não o fossem;

- E se olharmos alguns dos itens das Tabelas I e II do Regulamento, e considerando que o montante máximo da taxa sancionatória é de 15 UC (artº 10º do Regulamento), verificamos que a taxa devida pelo impulso processual ou condenação a final da parte por ela responsável, ficariam desde logo prejudicados, se houvesse substituição, o que poderia constituir um incentivo à prática de actos que a lei pretende penalizar.

- se a parte for condenada nessa taxa sancionatória, o seu montante será levado a débito e a crédito na sua conta de custas, tal como o montante de taxa devida pela acção, incidente ou recurso e a taxa de justiça paga por ela (artº 6º da Portaria nº 419-A/2009, de 17/04), não se prevendo qualquer substituição.

- e se houvesse essa substituição, a parte vencedora, condenada em taxa sancionatória, não poderia exigí-la à parte vencida, a título de custas de parte, já que a taxa sancionatória excepcional não integra as custas de parte (artº 447º-D do CPC).

Pelo exposto, em nossa modesta opinião, esta taxa é autónoma da devida pela parte no processo, com aplicação a casos excepcionais, por decisão fundamentada do Juiz, e visa tão só penalizar, pela via tributária, as partes que pratiquem actos que a lei considera especialmente censuráveis.

Sentença
Com as alterações ao CPC introduzidas pelo Dec.Lei nº 34/2008, de 26/02, é aditado ao artº 659º o nº 4 que determina que “ no final da sentença, deve o juiz condenar os responsáveis pelas custas processuais, e indicar a proporção da respectiva responsabilidade e determinar a aplicação das secções B e C da tabela I anexa ao Regulamento de Custas Processuais, quando seja caso disso “.
E com essas alterações foi introduzida, no nº 1 do artº 663º, uma nova causa de nulidade da sentença, a alínea f) que prevê que é nula a sentença quando “seja omissa no que respeita à fixação da responsabilidade por custas, nos termos do nº 4 do artº 659º “.

UC
Fixação - artº 5º do RCP
O disposto nos nºs 2 e 3 desta norma constituem uma novidade. Desde logo, a UC passa a ser actualizada anual e automaticamente, com base no IAS desse mesmo ano. Para o ano de 2009, a UC foi fixada em 102,00 €, quantia que resulta do disposto no artº 22º do Dec.Lei 34/2008, de 28/02, e a sua primeira actualização ocorrerá em Ja-

neiro de 2010.

No regime anterior a UC era actualizada trienalmente, com base na remuneração mínima mensal mais elevada, reportada a 1 de Outubro do ano anterior.

Depois, e igualmente muito importante, o valor da UC para cada processo e/ou intervenção autónomos, sujeitos a tributação pelo RCP, fixa-se no momento em que se inicia, garantindo-se, assim a sua estabilidade tributária.

No regime anterior, o valor da UC era reportado à data do pagamento prévio da taxa de justiça, e/ou ao momento da elaboração da conta de custas ou liquidação.

O disposto no nº 4 consagra em lei, o que anteriormente, e de uma forma generalizada, se aplicava.

ENCARGOS
Também aqui, o Regulamento e a Portaria nº 419-A/2009, de 17/04, apresentam algumas novidades. Anteriormente previstos nos artºs 32º e 89º do CCJ, encontram-se agora previstos no artº 16º do Regulamento. Por comparação dos dois regimes, destaca-se que: - desaparece o conceito de procuradoria, anteriormente prevista nos artºs 40º e 89, nº 1 al. e) do CCJ; - são reintroduzidos os custos com franquias postais, comunicações telefónicas, etc, aos quais são adicionados os custos com a digitalização de peças processuais ou documentos (subalíneas iii) e iv) do nº 1 do artº 16º do Regulamento), e que passam a ser calculados pela aplicação das fórmulas previstas nos nºs 1 e 2 do Anexo I da Portaria nº 419-A/2009; - desaparecem as consequências processuais pela omissão do pagamento antecipado de encargos (anteriormente designado por preparo para despesas, e previstas no nº 1 do artº 45º do CCJ); - desaparecem as consequências tributárias pela falta de pagamento antecipado, (anteriormente previstas nºs artºs 45º, nº 2 e 46º, do CCJ). - no actual regime, os pagamentos, remunerações ou compensações a intervenientes processuais, pelo serviço prestado por terceiras pessoas ou instituições.

Custas de parte
A regra continua a ser o pagamento das custas de parte do vencedor, directamente pelo vencido (artº 447º-D, nº 1 do CPC e 26º nº 2 do Regulamento) e não se incluem na conta de custas (artº 30º, nº 1 da Portaria nº 419-A/2009) A nota discriminativa, que no regime anterior era normalmente remetida à parte vencida e, em apenas um caso, também ao Tribunal (artº 33º-A do CCJ), será agora sempre remetida também ao Tribunal , sendo o prazo para o efeito reduzido de 60 para

5 dias (artºs 25º nº 1 do Regulamento e 31º, nº 1 da Portaria nº 419-A/2009)

A parte vencida é condenada ao pagamento de, entre outros, 50% do somatório das taxas de justiça pagas pela parte vencida e pela parte vencedora, para compensação desta última face às despesas com honorários do mandatário judicial ou do agente de execução, contabilizando-se naquele somatório as taxas pagas dos outros processos autónomos e do agravamento pago nos termos do disposto no artº 447º-A, nº 6 do CPC (artº 26º nºs 3 e 4 do Regulamento, na redacção dada pelo disposto no nº 2 do artº 156º da Lei nº 64-A/2008, de 31 de Dezembro)

A parte vencida poderá efectuar o pagamento ou reclamar da nota discriminativa para o Juiz, e se reclamar, deverá depositar o equivalente a 50% do montante indicado na nota, e da decisão proferida caberá recurso em um grau, se o valor da nota exceder 50 UC (artº 33º da Portaria nº 419-A/2009)

DUC (documento único de cobrança)
Constitui o novo documento para pagamento de quaisquer quantias, no âmbito do Regulamento e da Portaria nº 419-A/2009 (artºs 9º e 18º da Portaria nº 419-A/2009), e foi instituído para os pagamentos ao Estado, através da Portaria nº 1323-I/2003, de 31/12. Substitui o depósito autónomo, que no regime anterior era usado para o pagamento de custas prováveis, rendas, etc, anteriormente previsto no artº 124º, nºs 3 e 4 do CCJ. Pode ser obtido via internet, ou nos tribunais e conservatórias (artºs 19º, nº 1 e 20º da Portaria nº 419-A/2009) E pode integrar a denominada guia de pagamento. Não constitui documento comprovativo de pagamento (artº 19º, nº 2 da Portaria nº 419-A/2009) Caro(a) Colega Decidi aceitar o desafio proposto por um conjunto de Juízes no sentido de encabeçar uma lista visando as eleições para o Conselho Superior da Magistratura. O que nos motiva é uma inabalável vontade de mudar radicalmente a actuação do Conselho. Não é por mero acaso ou capricho do legislador que esse órgão se apresenta como uma instituição com consagração constitucional, já que ela se deve à própria ideia do Estado de direito democrático e aos valores que a ele subjazem, sendo o Conselho o primeiro garante da independência dos Tribunais e dos Juízes. Numa época em que tantas críticas têm sido dirigidas à Justiça, impunha-se ao Conselho a prestação dos esclarecimentos devidos, que propusesse soluções de melhoria, que fosse mais eficiente na gestão, em suma, que assumisse a função institucional que o legislador lhe concedeu. Não é isso, que todos nós, Juízes, sentimos. O Conselho Superior da Magistratura não tem tido voz como órgão do poder do Estado, nem defende a independência dos Juízes e dos Tribunais.

A Aldeia da Mata Pequena

A Aldeia da Mata Pequena é um pequeno povoado rural, composto por uma dezena de habitações, situado no Concelho de Mafra a escassos 30 minutos da cidade de Lisboa e a 15 minutos da Praia.

Trata-se de um lugar enquadrado na denominada Zona de Protecção Especial do Penedo do Lexim onde se ergue um vulcão já extinto que acolhe uma importante estação arqueológica. O voo dominante da Águia de Bonelli e o esgueirar furtivo da raposa, contracenam com uma paisagem natural extremamente rica e preservada, convidando ao descanso, ao lazer e ao contacto com a natureza

A presença humana na Mata Pequena remonta ao período da ocupação romana, como atestam os vestígios aí encontrados. Contudo, das 70 pessoas que aí residiam no século XIX, já só restam 15 que teimam em manter vivas a vida de outros tempos.

Esta pequena e singular aldeia que viu no seu aproveitamento turístico a sua tábua de salvação, afirma-se hoje como um dos raros exemplares da Arquitectura Tradicional da Região Saloia mantendo fortemente vinculada a sua identidade original.

Os materiais utilizados são conforme os originais e os elementos tradicionais que caracterizam a Casa Saloia tais como capoeiras, poços, currais, cortes do porco, pombais... foram preservados, assim como os fornos, as salgadeiras, os poiais, entre outros, existentes no interior de cada casinha.

Actualmente, a Aldeia da Mata Pequena disponibiliza 10 casas rigorosamente recuperadas, completamente autónomas, dotadas de todas as infraestruturas e que poderá conhecer uma a uma em:

www.aldeiadamatepequena.com

A nossa mais recente novidade é a Tasquinha do Gil. Espaço de convívio e de “comes e bebes”, com esplanada, onde poderá saborear alguns dos petiscos da região enquanto as crianças se divertem logo ali em frente com os nossos animais de quinta (burros, ovelhas, coelhos,...), lugar que poderá também aproveitar para descansar após um revigorante passeio pedestre ou de bicicleta nos arredores da Aldeia...



Uma história (ainda) sem final feliz.



Neste início de 2010, aproveito para destacar a história de Shirin Ebadin.

Trata-se de uma iraniana jurista que foi Nobel da Paz em 2003, e é uma das pessoas a quem devemos prestar homenagem.

A sua história pessoal e o seu percurso profissional são únicos.

Mas afinal quem é esta mulher?

Corria o dia 21 de Junho de 1947 quando nasceu em Hamedan, cidade do oeste do Irão.

Cursou Direito porque queria seguir a magistratura. E assim o fez, tornando-se, aos 23 anos, a primeira mulher iraniana a ser nomeada juiz. Progrediu na carreira até se tornar, em 1975, juíza presidente de um dos tribunais de Teerão.

Com a Revolução Islâmica de 1979 e por pressão do regime então vigente, baseado na crença de que o Islão proíbe as mulheres de serem juízas, ela e outras colegas foram demitidas dos seus lugares e apenas lhes foi permitido realizar trabalhos administrativos no Ministério da Justiça. A Shirin foi dado o lugar de secretária no mesmo Tribunal que ela até aí presidira.

Recusou-se a aceitar esse lugar e, anos volvidos, após muitas insistências, foi-lhe concedida autorização para exercer advocacia, intervindo em inúmeros casos de violação de direitos humanos, em especial de mulheres e crianças, tendo também aceite a defesa de dissidentes, membros de minorias religiosas e de publicações encerradas pelo governo iraniano.

Entre os casos mais conhecidos, representou a mãe de uma menor, Arin, que, em consequência da lei de custódia das crianças iraniana, viu a sua filha ser entregue ao ex-marido, acabando a menor por ser torturada e morrer às mãos da madrastra.

Num outro caso, defendeu a família de Leila, que aos onze anos de idade foi violada e morta por três homens, acabando o Tribunal por exigir à família da menor vítima o dinheiro para financiar as execuções daqueles.

Ao mesmo tempo, torna-se professora de Direito na Universidade de Teerão, uma das maiores do planeta, com 2 milhões de alunos inscritos.

Foi publicando inúmeros livros sobre o estatuto da mulher e da criança, e fundou

duas organizações não-governamentais: a Sociedade para a Protecção dos Direitos das Crianças e o Centro dos Defensores dos Direitos Humanos.

Finalmente, em Outubro de 2003, o Comité Nobel considerou-a uma pessoa corajosa e atribuiu-lhe o Nobel da Paz pelos seus esforços em prol da democracia e dos direitos humanos, especialmente direitos das mulheres e das crianças.

Desde que recebeu o prémio, Shirin tem viajado por diversos países estrangeiros, Portugal incluído, dando conferências e recebido homenagens, continuando a defender pessoas acusadas de crimes políticos no Irão.

Recentemente, soube-se que as autoridades iranianas confiscaram-lhe a medalha atribuída pelo Comité Nobel e congelaram a conta bancária onde o prémio monetário havia sido depositado.

Há um consenso generalizado sobre o valor da educação, do acesso aos cuidados de saúde, e da justiça.

Todos os dias, os direitos humanos, mesmo os mais elementares, são violados.

A globalização ainda não conseguiu evitar que muitas pessoas (e crianças) não tenham acesso a água potável, ou não tenham mais que um dólar disponível por dia.

Os Tribunais Penais Internacionais, em regra, só logram actuar muito tempo depois das tragédias (o do Ruanda levou quase uma década a começar, o líder sérvio Milosevic

morreu durante o seu julgamento em Haia, e o julgamento dos dirigentes (vivos) dos Khmer Rouges do Camboja, por factos decorridos no período 75-79, só se iniciou há poucos meses atrás).

Em todos eles, ocorre uma intervenção política, mais ou menos visível, tudo se assemelhando a um “ajuste de contas” entre os políticos vencedores e os vencidos.

Por outro lado, a Convenção dos Direitos da Criança, que recentemente completou 20 anos de idade, embora seja o tratado internacional mais ratificado do mundo (193 países), ainda não foi ratificado pelos Estados Unidos nem aceite pela Somália.

O problema de Guantanamo continua por resolver.

Como Shirin sublinhou aquando da aceitação do prémio, “se o século 21 quiser libertar-se do ciclo de violência, dos actos de terror e da guerra, evitando repetir a experiência dos séculos anteriores, só nos resta compreender e aplicar os direitos humanos para todos os habitantes do planeta, qualquer que seja a raça, género, fé, nacionalidade e estatuto social”.

Conhecendo a fibra de Shirin, não há dúvidas que a luta pela defesa dos direitos humanos continua activa.

Exemplos como este ajudam-nos a manter o empenhamento por uma Justiça digna.

Em Portugal, foram publicados dois livros de Shirin Ebadin “O Despertar do Irão” e “A Gaiola de Ouro”.



matéria provada O Peregrino

Situado em Santiago do Cacém, no Litoral Alentejano, o restaurante “O Peregrino” apresenta uma nova carta, inspirada no conceito de Cozinha Autêntica.

Destinada aos apreciadores da gastronomia alentejana, que valorizam a origem e a qualidade dos produtos, o novo menu do restaurante tem a assinatura do premiado Chef José Júlio Vintém, proprietário do conhecido restaurante “Tomba Lobos”.

Confeccionados com produtos típicos da região, os pratos apresentados aliam um toque de modernidade, à tradição e autenticidade da gastronomia portuguesa. Ingredientes que o Chef José Júlio Vintém aprecia e defende como valores a preservar na confecção das suas receitas.

Sob o lema “Cozinheiro por puro instinto...70% de intuição, 30% de inspiração”, o novo Chef Consultor Gastronómico do restaurante promete surpreender os clientes de “O Peregrino” com os aromas e paladares

robustos do Alentejo. Defensor do Movimento “Slow Food” Portugal, José Júlio Vintém celebra na selecção dos seus pratos a paixão pela gastronomia, associando a qualidade ao prazer da alimentação

Nas entradas, destaque para o Coelho em molho vilão com nozes, pinhões e avelãs e para as Codornizes Fritas em Azeite Perfumado com Alecrim, Mel de Pinhões e Nozes. Entre os pratos principais, os clientes podem deliciar-se com as Burras de Porco Alentejano assadas no Forno com Batatinha Nova e Laranja ou com a Açorda de Bacalhau de Cura Portuguesa, com Poejos e Ovo Escalfado no Forno, entre outras especialidades. Para finalizar a refeição, o Chef preparou uma carta de sobremesas, das quais se destacam a Sericaia com Marmelada Caseira e Geleia ou o Pudim de requeijão com doce de abóbora. Difícil será resistir a todas as iguarias.

O Chef José Júlio Vintém é o talento responsável pelo Restaurante “Tomba Lobos”, em Portalegre, inaugurado em 2001, e eleito como um dos melhores restaurantes de Portugal.

Nascido em 1972, o Chef tem apostado numa cozinha regional de autor, na qual os produtos regionais e certificados do Alentejo são a sua principal matéria-prima.

Estabelecer uma ementa regional de grande qualidade e contribuir para a promoção da gastronomia alentejana são as principais motivações deste jovem Chef.

Vencedor de vários galardões nacionais, na categoria de cozinha de autor, em 2009 José Júlio Vintém foi distinguido com o Prémio Carreira Gastronomia pela revista “Mais Alentejo”. Actualmente, é formador de cozinha, do Turismo de Portugal, na Escola de Hotelaria e Turismo de Portalegre.



lista de candidatos

Supremo Tribunal de Justiça:

Efectivo: José Manuel de Sepúlveda Bravo Serra, Juiz Conselheiro, STJ
Suplente: Isabel Celeste Alves Pais Martins, Juíza Conselheira, STJ



Relação:

Efectivo: José Manuel Duro Mateus Cardoso, Juiz Desembargador, TR de Lisboa
Suplente: Mário António Mendes Serrano, Juiz Desembargador, TR de Évora



Efectivo: José António Machado Estelita de Mendonça, Juiz Desembargador, TR de Guimarães
Suplente: José António Pires Teles Pereira, Juiz Desembargado, TR de Coimbra



Juiz de Direito proposto pelo Distrito Judicial de Lisboa:

Efectiva: Maria José de Almeida Costeira, Juíza de Direito, Tribunal do Comércio de Lisboa
Suplente: Lídia Renata Goulart Whitton da Terra, Juíza de Direito, Tribunal de Família e Menores de Lisboa



Juiz de Direito proposto pelo Distrito Judicial do Porto:

Efectivo: Artur Dionísio do Vale dos Santos Oliveira, Juiz de Direito, Vara Mista de Guimarães
Suplente: Luísa Cristina Morais Pereira Ferreira, Juíza de Direito, Círculo Judicial de Matosinhos



Juiz de Direito proposto pelo Distrito Judicial de Coimbra:

Efectiva: Isabel Maria Afonso Matos Namora, Juíza de Direito, Vara Mista de Coimbra
Suplente: Ana Lúcia dos Reis Gordinho, Juíza de Direito, Juízos Criminais de Coimbra



Juiz de Direito proposto pelo Distrito Judicial de Évora:

Efectivo: José Manuel Costa Galo Tomé de Carvalho, Juiz de Direito, Círculo Judicial de Portalegre
Suplente: Eduardo José Capela de Sousa Paiva, Juiz de Direito, Tribunal de Comarca de Silves



artigo

A garantia da inamovibilidade e as Bolsas de Juízes.

Imparcialidade, irresponsabilidade e inamovibilidade: eis a trilogia clássica que traduz, em termos lapidares, a garantia de independência dos Juízes e que encontra assento na nossa Lei Fundamental, mais concretamente no seu art.º 216º.

Como é sabido, a independência dos Tribunais assenta e depende, em grande medida, na independência dos seus titulares, ou seja, na independência dos Juízes. Daí que a independência destes beneficie da mesma guarida constitucional conferida àqueles.

Segundo a mais autorizada doutrina, a independência dos Juízes assume três dimensões: a colectiva, a funcional e a pessoal.

A primeira tem em vista a independência dos Juízes enquanto corpo único, postulando a sua regência por um estatuto único, independentemente do Tribunal em que estejam colocados e da hierarquia do mesmo.

A segunda prende-se com a sujeição exclusiva dos Juízes à Constituição e à Lei no exercício da função jurisdicional que aos Tribunais está confiada.

A terceira reporta-se a cada Juiz individualmente considerado, integrando as garantias de inamovibilidade, de irresponsabilidade e de autonomia no exercício da jurisdição face a quaisquer ordens e instruções, com excepção da obrigação de acatamento das decisões tomadas pelos Tribunais de instância superior em sede de recurso.

No presente texto, interessa-me particularmente focar a atenção sobre o princípio da inamovibilidade dos Juízes, em especial na sua conjugação quer com o regime legal, quer com a praxis de funcionamento do Quadro Complementar de Juízes, as chamadas “Bolsas de Juízes”.

Os tratadistas da história do judiciário oscilam quanto à primeira consagração da garantia da inamovibilidade. Alguns situam-na no édito de Luís XI de França, de 21 de Outubro de 1467, o qual visou reagir contra as destituições arbitrárias; outros colocam-na em Inglaterra, com o Act of Settlement de 1701, onde terá sido pela primeira vez estabelecida.

Também alexis de tocqueville se referiu a tal garantia na sua Da Democracia na América, como uma das garantias de independência dos Juízes do Supremo

Tribunal dos Estados Unidos face aos demais poderes (alexis de tocqueville, Da Democracia na América, Ed. Principia, Cascais, 2002, p. 181).

Em qualquer caso, ela aparecerá em Portugal pela primeira vez nos artigos 184º e 185º da Constituição de 1822, onde se podia ler: «Ninguém será privado deste cargo senão por sentença proferida em razão de delito, ou por ser aposentado com causa provada e conforme a lei» e «Os Juízes letrados de primeira instância serão cada três anos transferidos promiscuamente de uns a outros lugares, como a lei determinar».

Como é consensual, a inamovibilidade não constitui uma prerrogativa atribuída ao Juiz, mas antes uma garantia dos que recorrem aos Tribunais. Com efeito, tal garantia postula, em primeira linha, que nenhum Juiz pode ser movimentado, transferido, demitido ou suspenso em virtude das decisões que tome no exercício do poder jurisdicional.

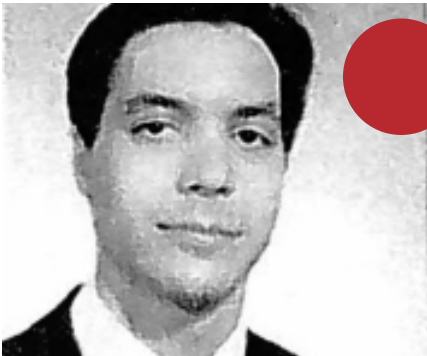
Mas mais: a inamovibilidade constitui também garantia do princípio do juiz natural, assegurando a imparcialidade da decisão pela exigência da determinação do juiz competente por lei que antecede o conflito. A possibilidade de nomeação arbitrária de juízes, fora de um quadro legal preestabelecido e cognoscível pelas partes e demais cidadãos, implicaria um inadmissível enfraquecimento da posição do julgador. Não só o Juiz perderia a serenidade se, exposto às pressões do poder, estivesse permanentemente sob o risco da transferência ou mudança, como se abririam as portas para que, quem tivesse tal poder de mudança ou transferência, o pudesse substituir por outro cuja actuação mais lhe agradasse.

Se tal garantia foi inicialmente concebida como uma forma de defesa da independência dos Tribunais face ao poder executivo, actualmente e entre nós, tal garantia dirige-se, fundamentalmente, ao Conselho Superior da Magistratura, órgão a quem cabe, nos termos da Constituição, a competência para nomear, transferir, sancionar ou exonerar os Juízes.

Mas em que medida a garantia da inamovibilidade se cruza ou contende com as chamadas Bolsas de Juízes?

As Bolsas vêm previstas no art.º 71º, n.º 1, da Lei n.º 3/99, de 13 de Janeiro (LOFTJ), onde se consigna que «Na sede de cada

João Pedro Baptista
(Juiz de Direito)



distrito judicial há uma bolsa de juízes para destacamento em tribunais da respectiva circunscrição em que se verifique a falta ou o impedimento dos seus titulares ou a vacatura do lugar, em circunstâncias que, pelo período de tempo previsível de ausência ou de preenchimento do lugar, conjugado com o volume de serviço, desaconselhem o recurso aos regimes de substituição ou de acumulação de funções constantes dos artigos 68.º e 69.º». De acordo com o n.º 5 do mesmo preceito, «Cabe ao Conselho Superior da Magistratura efectuar a gestão das bolsas de juízes e regular o seu destacamento».

Na sequência de tal previsão normativa, o Conselho Superior da Magistratura, pela Deliberação n.º 399/99, publicada por extracto no DR n.º 157, II Série, de 8 de Julho, aprovou o Regulamento da Bolsa de Juízes a que alude o art.º 71º da LOFTJ, posteriormente alterado pela Deliberação n.º 1420/2000, publicada por extracto no DR n.º 266, II Série, de 17 de Novembro.

No que à gestão dos Juízes colocados nas Bolsas, interessa atentar no previsto no art.º 4º de tal Regulamento: «O Conselho Superior da Magistratura assegura a gestão das bolsas, determina o destacamento dos Juízes nelas colocados e fixa a sua duração e cessação».

Prevê-se ainda no art.º 9º, n.º 1, que no destacamento para lugares de Juiz de Círculo ou equiparados serão ponderadas, sempre que possível, a classificação de serviço e a antiguidade dos Juízes das bolsas.

Salvo melhor opinião, considero ser constitucionalmente duvidoso que a LOFTJ, ao prever a criação das Bolsas de Juízes, cometa ao Conselho Superior da Magistratura toda a regulação dos destacamentos, abstando-se de traçar quaisquer regras. Com efeito, tais destacamentos traduzem-se na colocação e transferência de magistrados, matéria que, nos termos do art.º 217º, n.º 1, da Constituição da República Portuguesa, pese embora compita ao Conselho Superior da Magistratura, deverá ser concretizada nos termos da Lei. Como tal, poderemos estar perante um caso de deslegalização em matéria de reserva material-constitucional de lei.

Em qualquer caso, entendo que as normas do Regulamento não se encontram suficientemente concretizadas e densificadas, deixando ao Conselho Superior da Magis-

tratura uma margem de discricionariedade que, na minha opinião, contende com a garantia da inamovibilidade dos Juízes e com o princípio do Juiz natural.

Com efeito, excluindo a enunciação vaga de critérios a observar na colocação de Juízes em lugares de Círculo ou equiparados - critérios esses que se prendem com os próprios requisitos para aceder a tais lugares, tal como traçados no art.º 45º do EMJ - no mais não existe, verdadeiramente, qualquer regulamentação. Apenas se afirma que o Conselho Superior da Magistratura assegurará a gestão das bolsa, determina o destacamento dos juízes nela colocados e fixa a sua duração e cessação. Duração essa que será por prazo não inferior a 30 dias, salvo caso de urgente conveniência de serviço.

Ora, tal vazio de regulamentação - ainda que considere que a matéria não deveria sequer ser objecto de regulamentação por deliberação do Conselho Superior da Magistratura, mas sim por Lei formal - permite que os critérios de gestão das bolsas de juízes e dos destacamentos dos Juízes nelas colocadas sejam virtualmente incognoscíveis e insidiáveis.

Com efeito, os critérios de escolha dos concretos magistrados que irão ser destacados para determinado lugar não é público, dado que tais decisões apenas são comunicadas aos próprios, como prevê o art.º 9º, n.º 3, do Regulamento. Também a duração dos destacamentos não é, muitas das vezes, conhecida, como se pode constatar pela informação constante do site do Conselho Superior da Magistratura, onde a data de terminus dos destacamentos não está, em regra, definida (<http://www.csm.org.pt/ficheiros/juizes/juizes-bolsa-2010-01.pdf>, consulta em 18-01-2010).

Por funcionar em derrogação das regras de substituição legal e de acumulação de funções, o destacamento de Juízes das bolsas tem permitido, objectivamente, a composição de colectivos para intervir em julgamentos de processos concretos. Com efeito, a praxis tem demonstrado que existem destacamentos de juízes para

processos em concreto e não propriamente para um Juízo ou Vara. Independentemente de tal possibilidade poder ainda ser abstractamente enquadrada no art.º 71º da LOFTJ - o que não é sequer seguro, - é evidente o melindre que um tal poder comporta, a exigir uma transparência e objectividade de critérios que garantam o integral respeito pelo princípio do Juiz natural, como corolário da inamovibilidade dos Juízes.

Note-se que as partes têm direito a conhecer previamente quem são os concretos Juízes que estão colocados em cada Tribunal e que, como tal, tramitarão e julgarão os seus processos, por forma a poderem verificar da existência de impedimentos ou suspeições. A própria regularidade da constituição do Tribunal pode ser legitimamente sindicada pelas partes, o que exige a cognoscibilidade dos actos de colocação e movimentação dos Juízes.

Também a ausência de densificação e objectivação do conceito de urgente conveniência de serviço - tem que ver com as pendências objectivas? com a complexidade dos processos existentes? com a sua natureza urgente? com o período em que o Tribunal se encontra sem Juiz em exercício de funções? - pode conduzir a uma indesejável flutuação e decisória, dependente dos critérios mais ou menos subjectivos do decisor efectivo.

Em face de todo o exposto, sou de opinião que o actual quadro jurídico das Bolsas de Juízes é dificilmente conciliável com as normas constitucionais relativas às garantias de independência dos Juízes, maxime com a garantia da inamovibilidade. Tal problema é aprofundado pela ausência de critérios objectivos e cognoscíveis a que o Conselho Superior da Magistratura auto-vincule a sua actuação na gestão das bolsas e determinação dos destacamentos dos concretos magistrados nelas colocados.

Impõe-se, pois, não só a integral legalização da matéria aqui versada, como também uma completa transparência da gestão das Bolsas por parte do Conselho Superior da Magistratura.

Trata-se de matéria que, como outras, deve merecer uma atenção especial do

Conselho Superior da Magistratura, com vista a que as suas funções de garante da independência dos Juízes sejam cabal e efectivamente prosseguidas.

A este propósito, não posso deixar de terminar com a citação de um texto - porventura já antigo, mas ainda não datado - do actual Presidente do Conselho Superior da Magistratura, o Exm.º Juiz Conselheiro Noronha do Nascimento (O Conselho Superior da Magistratura e a próxima Revisão Constitucional, Tribuna da Justiça, n.º 43/44, 1988).

«O Conselho Superior da Nagistratura será, pois, a placa giratória que coordena todo o feixe interpretativo e executivo de uma qualquer orgânica judiciária. Ele não se limita a inspecionar ou a transferir juízes; o Conselho Superior da Magistratura pode inverter o sentido de qualquer lei orgânica que o executivo aprove, subvertendo ou confirmando o sentido originário de qualquer medida oriunda daquele, funcionando destarte como última instância que filtra, bloqueia ou dá luz verde ao funcionamento regular do conjunto dos Tribunais. Se a isto acrescentarmos os poderes elasticamente discricionários que as legislações modernas conferem a um órgão deste género no tocante à proposta de criação e extinção de lugares, de reclassificação de comarcas, de nomeação de juízes para o Supremo Tribunal de Justiça (condicionando ou não a entrada de elementos estranhos à judicatura e podendo mesmo fazer uma “profilaxia” jurisprudencial em relação aos juízes de carreira nomeados para o Supremo), se acrescentarmos a tudo isto - dizíamos - teremos bem a medida de como o Conselho Superior da Magistratura assume o verdadeiro papel de órgão político da magistratura judicial».

NOTA: As opiniões e posição expressas no presente texto vinculam apenas o subscritor e não significam nem implicam qualquer adesão, apoio ou identificação com qualquer instituição, grupo ou corrente de magistrados, organizada ou não.

carta de apresentação

21 Caro(a) Colega

Decidi aceitar o desafio proposto por um conjunto de Juízes no sentido de encabeçar uma lista visando as eleições para o Conselho Superior da Magistratura.

O que nos motiva é uma inabalável vontade de mudar radicalmente a actuação do Conselho.

Não é por mero acaso ou capricho do legislador que esse órgão se apresenta como uma instituição com consagração constitucional, já que ela se deve à própria ideia do Estado de direito democrático e aos valores que a ele subjazem, sendo o Conselho o primeiro garante da independência dos Tribunais e dos Juízes.

Numa época em que tantas críticas têm sido dirigidas à Justiça, impunha-se ao Conselho a prestação dos esclarecimentos devidos, que propusesse soluções de melhoria, que fosse mais eficiente na gestão, em suma, que assumisse a função institucional que o legislador lhe concedeu.

Não é isso, que todos nós, Juízes, sentimos.

O Conselho Superior da Magistratura não tem tido voz como órgão do poder do Estado, nem defende a independência dos Juízes e dos Tribunais.

Não se assume como uma instituição aberta aos Juízes, escondendo as suas deliberações sob um manto de inexplicável opacidade.

Prossegue uma gestão casuística e não fundamentada, que impede o conhecimento abstracto e prévio dos seus critérios, assim criando e fundamentando nos Juízes sentimentos de injustiça e desconfiança sobre as suas deliberações.

Pactua com todas as medidas que se apresentam como funcionalizantes da magistratura.

Omite a função crítica, que devia exercer, sobre a menor dignidade e funcionalidade das instalações dos órgãos de soberania Tribunais.

Não consciencializa que os Juízes, que já detêm a onerosa missão solitária de julgar, se sentem cada vez mais sós, quando o seu próprio órgão de gestão se remete a um silêncio comprometedor.

É esta postura de actuação, totalmente errada, que tem de ser mudada.

Porventura é esta a derradeira oportunidade para que a importância institucional do Conselho se não dilua e para que os Tribunais não deixem, até, de ser qualificados como órgãos de soberania.

Se todos confiarmos numa capacidade de mudança de actuação do Conselho, seguramente que esse receado fantasma irá ser exorcizado. E, para tanto, não podem os Juízes ficar indiferentes ou passivos perante uma eleição tão decisiva ou descrever na possibilidade daquela mudança.

Não a mudança numa continuidade de quase 20 anos, mas uma mudança que se apresenta como autêntica, nas pessoas, na cultura e nos métodos, e que conquiste a confiança de todas as gerações de Juízes.

Reclamamos um Conselho justo, eficaz e socialmente relevante, pois que é isso que todos os Juízes desejam e merecem e que a Sociedade legitimamente reclama.

No verso, é indicada a lista concorrente.

Queira aceitar uma cordial saudação.

(José Manuel de Sepúlveda Bravo Serra)



